

# 2º Caderno

Jornal do Comércio

Porto Alegre, sexta-feira e fim de semana,  
29, 30 e 31 de maio de 2026 - Nº 5 - Ano 94

## PUBLICIDADE LEGAL

### ASHNI LTDA.

CNPJ/MF nº 57.504.658/0001-58 - NIRE 43210786529

#### AVISO DE REDUÇÃO DE CAPITAL SOCIAL

ASHNI LTDA, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/MF nº 57.504.658/0001-58, com sede na Rua Carlos Giesen, nº 1297, sala 403, Bairro Exposição, CEP 95.084-220, na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, com seus atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul - JUCISRS sob NIRE 43210786529, comunica que suas sócias aprovaram, em 21 de maio de 2026, a redução do capital social da Sociedade, por considerá-lo excessivo em relação ao seu objeto social, nos termos do artigo 1.082, inciso II, do Código Civil. A redução aprovada é de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), de modo que o capital social da Sociedade será reduzido de R\$ 33.653.408,00 (trinta e três milhões, seiscentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e oito reais) para R\$ 21.653.408,00 (vinte e um milhões, seiscentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e oito reais), mediante cancelamento de 12.000.000 (doze milhões) de quotas de titularidade da sócia Terezinha Lourdes Comerato Pinto, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, e correspondente restituição de capital à referida sócia. Nos termos do artigo 1.084 do Código Civil, os credores quirografários da Sociedade por título líquido anterior à data desta publicação poderão apresentar oposição à redução de capital no prazo legal de 90 (noventa) dias contado desta publicação. Caxias do Sul/RS, 22 de maio de 2026.

LUCIANO MOISES BADO - Administrador Não Sócio.

### COMPANHIA HABITASUL DE PARTICIPAÇÕES (HBTSS) CNPJ Nº 87.762.563/0001-03 NIRE Nº 43300010007 COMPANHIA ABERTA

AVISO AOS ACIONISTAS - PAGAMENTO DE DIVIDENDOS

Comunicamos aos Senhores Acionistas que iniciaremos o pagamento dos dividendos aprovados na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 24.04.2026, de forma parcelada, com base na posição acionária do dia 24 de abril de 2026, obedecendo às seguintes condições:

1. Em 15 de junho de 2026 será paga a 1ª parcela no montante de R\$ 20.000.001,80 (vinte milhões, um real e oitenta centavos de reais), por razão de R\$ 1,833075 por ação ON, R\$ 2,016382 por ação PN 'A' e R\$ 72,644028 por ação PN 'B'. O saldo remanescente, conforme deliberado na AGOE, será pago até 31 de dezembro de 2026, em data a ser oportunamente informada aos acionistas e ao mercado, sem a aplicação de atualização monetária ou incidência de juros entre a data de declaração e as datas dos efetivos pagamentos.

#### 2. Instruções quanto ao pagamento dos dividendos:

2.1. Os acionistas terão seus créditos disponíveis em seus respectivos domicílios bancários fornecidos à Companhia, a partir da data de início de distribuição deste direito;

2.2. Os acionistas usuários das custódias fiduciárias terão seus dividendos creditados, conforme procedimentos adotados pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão;

2.3. Os acionistas, cujo cadastro não tenha a inscrição do CPF/CNPJ ou a indicação de Banco/Agência/Conta Corrente, deverão comparecer na sede da Companhia, a partir de 15 de junho de 2026, para recebimento dos dividendos a que fazem jus, munidos de documento de identidade e CPF, se Pessoa Física, ou Cartão do CNPJ e ata ou contrato social indicando o representante legal, se Pessoa Jurídica, e, quando representados por procurador habilitado, cópia da Procuração;

2.4. Os dividendos ficarão à disposição dos respectivos acionistas na sede da Companhia, por prazo legal, até seu recebimento ou eventual prescrição, e serão pagos aos respectivos titulares ou representantes legais pelo valor nominal creditado, não sujeito à incidência de juros ou atualização monetária.

3. Local de Atendimento aos Acionistas: Departamento de Relações com Investidores, na Av. Carlos Gomes, 400, sala 505, Bairro Boa Vista, Ed. João Benjamin Zaffari, CEP/90.480-900, Porto Alegre, RS, das 13:30 às 17:30 horas. Contato através do endereço eletrônico: [ri@habitasul.com.br](mailto:ri@habitasul.com.br), ou telefone (51) 3303-3893 + Ramais 4010 e 4009.

Porto Alegre, 28 de maio de 2026.

BRUNO COSTA DE JESUS

Diretor de Administração, Finanças e de Relações com Investidores

VICÊNCIO PALUDO, FILHOS & CIA. LTDA. - CNPJ/RF nº 91.615.039/0001-79 - NIRE 43200238553. Reunião de Quotistas - Edital De Convocação. Ficam os sócios da Vicência Paludo, Filhos & Cia. Ltda. (a "Sociedade"), convocados a se reunirem em Reunião de Quotistas, a ser realizada aos 08 (oito) dias do mês de junho de 2026, às 10 horas, sob a forma exclusivamente digital e remota, por meio da plataforma Microsoft Teams ("Plataforma Digital"), a fim de discutir e deliberar sobre: a) as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2025; e, b) a reafirmação dos termos da Reunião Extraordinária de Quotista realizada em 07 de maio de 2025 e registrada na Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul sob n. 11050276 e a consolidação o Contrato Social da Sociedade. Informações Gerais 1. Documentos à disposição dos sócios. Os documentos pertinentes ao item a da ordem do dia a serem analisados na reunião encontram-se disponíveis na sede social da Sociedade. 2. Participação dos sócios na Reunião. Os sócios que desejarem participar da reunião deverão solicitar seu credenciamento até às 14h do dia 03 de junho de 2026, pelo e-mail [camilla.oliveira@vipal.com.br](mailto:camilla.oliveira@vipal.com.br), informando os dados do participante e encaminhando os documentos indicados no item 3 abaixo. Após a validação da documentação, a Sociedade encaminhará ao e-mail informado o link e as instruções de acesso à plataforma digital. O acesso será restrito aos sócios devidamente credenciados dentro do prazo estabelecido. Caso o participante não receba as instruções de acesso até 24 horas antes da realização da reunião, deverá entrar em contato pelo e-mail ou telefone (51) 3205-3555. 3. Documentação para participação. Os representantes legais dos sócios deverão apresentar os documentos societários que comprovem seus poderes de representação, bem como documento de identificação com foto. Na hipótese de representação por procurador, deverá ser apresentado instrumento de mandato outorgado há menos de 1 (um) ano, nos termos do §1º do art. 1.074 da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil). 4. Informações adicionais. A Sociedade não se responsabiliza por problemas de conexão, equipamentos ou quaisquer questões técnicas alheias ao seu controle que possam dificultar a participação na reunião. Recomenda-se que os participantes verifiquem previamente a compatibilidade de seus dispositivos com a plataforma digital. Eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas pelo e-mail [camilla.oliveira@vipal.com.br](mailto:camilla.oliveira@vipal.com.br). Nova Prata (RS), 27 de maio de 2026. Arlindo Paludo - Diretor



Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo  
Servidores Públicos Ativos, Inativos e Pensionistas  
da Administração Direta, Indireta e Assembleia  
Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA  
CONVOCAÇÃO OS 17.164 (dezessete mil cento e sessenta e quatro) associados da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos Ativos, Inativos e Pensionistas da Administração Direta, Indireta e Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se no dia 11 de junho do corrente ano, em primeira convocação às 9h00min, com presença de 2/3 dos associados, em segunda convocação às 10h00min, com presença de 50% mais um dos associados e, em terceira e última convocação, às 11h00min, com um mínimo de 10 (dez) associados presentes, tendo como local o auditório da FESSERGS - Federação Sindical dos Servidores Públicos no Estado do Rio Grande do Sul sito à Rua Dr. Flores nº 307, sala 603, Centro, Porto Alegre - RS.

#### ORDEM DO DIA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

- Alteração do objeto social para Cooperativa de Serviços;
- Alteração do nome da instituição;
- Reforma Estatutária total;
- Destinação do ativo e passivo;
- Assuntos gerais de interesse do quadro social.

OBS: A Assembleia não se realizará na sede da Cooperativa por falta de espaço físico.

Porto Alegre, 29 de maio de 2026.

Tallita Andrade Ribeiro  
Presidente

## GRUPO K1 S.A.

CNPJ: 00.912.882/0001-61

Relatório da Administração  
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Tupandi, 18 de maio de 2026. A Administração.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais). As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ativo	Nota	Balanco Patrimonial				Nota	Demonstração do Resultado			
		Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	
<b>Circulante</b>										
Caixa e equivalentes de caixa	4	80.494	26.476	81.768	27.099	56.838	46.156	59.231	47.350	
Contas a receber de clientes	5	182.452	134.090	184.656	140.555	98.171	71.744	98.224	71.850	
Estoques	6	85.673	83.854	93.507	86.327	16.690	15.400	17.376	16.082	
Impostos a recuperar		6.211	2.988	6.660	3.026	6.208	5.057	6.498	5.326	
Adiantamentos		6.686	5.864	6.893	6.003	14.477	11.093	14.948	11.448	
Despesas antecipadas		753	1.297	774	1.297	8.825	6.295	8.825	6.295	
Outros créditos		1.330	1.009	1.626	1.025	17.796	22.784	19.187	23.263	
<b>Total circulante</b>		<b>363.599</b>	<b>255.578</b>	<b>375.884</b>	<b>265.332</b>	<b>218.995</b>	<b>178.529</b>	<b>224.289</b>	<b>181.614</b>	
<b>Não circulante</b>										
Aplicação financeira LP	4	1.067	1.027	1.067	1.027	309.296	211.276	309.296	211.329	
Outros créditos		713	2.314	713	2.314	7.024	7.889	7.370	7.889	
Partes relacionadas	7	18.225	20.543	3.402	8.457	11.257	10.953	11.404	10.954	
IIRPJ e CSLL diferidos	8	12.230	12.258	14.804	14.517	192	210	196	215	
		<b>32.235</b>	<b>36.142</b>	<b>19.986</b>	<b>26.315</b>	<b>5.034</b>	<b>1.892</b>	<b>5.034</b>	<b>1.924</b>	
						<b>2.000</b>	<b>3.000</b>	<b>2.750</b>	<b>3.916</b>	
						<b>422.913</b>	<b>288.241</b>	<b>424.515</b>	<b>289.499</b>	
Investimentos	9	5.201	5.626	136	63	60.015	60.015	60.015	60.015	
Propriedades para investimentos	10	22.171	13.132	22.171	13.132	24.617	25.886	24.617	25.886	
Imobilizado	11	327.092	322.875	339.026	332.864	20.111	84.201	20.111	84.201	
Intangível		2.219	3.519	2.219	3.519	5.866	-	5.866	-	
		<b>356.683</b>	<b>345.152</b>	<b>363.538</b>	<b>349.578</b>	<b>110.609</b>	<b>170.102</b>	<b>110.609</b>	<b>170.112</b>	
<b>Total não circulante</b>		<b>388.918</b>	<b>381.294</b>	<b>383.538</b>	<b>375.893</b>	<b>110.609</b>	<b>170.102</b>	<b>110.618</b>	<b>170.112</b>	
<b>Total do ativo</b>		<b>752.517</b>	<b>636.872</b>	<b>759.422</b>	<b>641.225</b>	<b>752.517</b>	<b>636.872</b>	<b>759.422</b>	<b>641.225</b>	
<b>Passivo</b>										
<b>Circulante</b>										
Fornecedores	12	56.838	46.156	59.231	47.350	56.838	46.156	59.231	47.350	
Empréstimos e financiamentos	13	98.171	71.744	98.224	71.850	16.690	15.400	17.376	16.082	
Impostos e contribuições a recolher	14	6.208	5.057	6.498	5.326	6.208	5.057	6.498	5.326	
Salários a pagar		14.477	11.093	14.948	11.448	8.825	6.295	8.825	6.295	
Provisão de férias e encargos		17.796	22.784	19.187	23.263	17.796	22.784	19.187	23.263	
Distribuições de lucros a pagar	15	218.995	178.529	224.289	181.614	218.995	178.529	224.289	181.614	
Outras contas a pagar		309.296	211.276	309.296	211.329	7.024	7.889	7.370	7.889	
<b>Total circulante</b>		<b>559.944</b>	<b>53.021</b>	<b>56.319</b>	<b>53.272</b>	<b>559.944</b>	<b>53.021</b>	<b>56.319</b>	<b>53.272</b>	
<b>Não circulante</b>										
Impostos e contribuições a recolher	14	11.257	10.953	11.404	10.954	11.257	10.953	11.404	10.954	
IRPJ e CSLL diferidos	8	192	210	196	215	192	210	196	215	
Partes relacionadas	7	5.034	1.892	5.034	1.924	5.034	1.892	5.034	1.924	
Distribuições de lucros a pagar	15	2.000	3.000	2.750	3.916	2.000	3.000	2.750	3.916	
Provisões para garantias	16	422.913	288.241	424.515	289.499	422.913	288.241	424.515	289.499	
Outras contas a pagar		60.015	60.015	60.015	60.015	60.015	60.015	60.015	60.015	
<b>Total não circulante</b>		<b>110.609</b>	<b>170.102</b>	<b>110.609</b>	<b>170.112</b>	<b>110.609</b>	<b>170.102</b>	<b>110.618</b>	<b>170.112</b>	
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>752.517</b>	<b>636.872</b>	<b>759.422</b>	<b>641.225</b>	<b>752.517</b>	<b>636.872</b>	<b>759.422</b>	<b>641.225</b>	

Resultado	Nota	Demonstrações do Resultado			
		Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
<b>Resultado operacional líquido</b>	18	<b>784.854</b>	<b>732.300</b>	<b>801.867</b>	<b>750.579</b>
(-) Custo dos produtos vendidos	20	(501.800)	(469.894)	(513.693)	(483.812)
<b>(=) Lucro bruto</b>		<b>283.054</b>	<b>262.406</b>	<b>288.174</b>	<b>266.767</b>
Despesas comerciais	21	(178.056)	(139.294)	(182.402)	(142.364)
Despesas gerais e administrativas	21	(75.365)	(60.800)	(83.552)	(62.326)
Outras receitas (despesas) operacionais	22	26.674	9.124	28.401	11.247
Resultado de equivalência patrimonial	9	(5.848)	1.850	-	-
<b>(+/-) Despesas/receitas operacionais</b>		<b>(232.595)</b>	<b>(189.120)</b>	<b>(237.553)</b>	<b>(193.443)</b>
<b>(=) Lucro oper. antes do res. financeiro</b>		<b>50.459</b>	<b>73.286</b>	<b>50.621</b>	<b>73.324</b>
Receitas financeiras		6.906	3.802	7.181	3.789
Despesas financeiras		(57.628)	(48.421)	(58.277)	(48.551)
<b>(=) Resultado financeiro líquido</b>	23	<b>(50.722)</b>	<b>(44.619)</b>	<b>(51.096)</b>	<b>(44.762)</b>
<b>(=) Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>(263)</b>	<b>28.667</b>	<b>(475)</b>	<b>28.562</b>
(-) IR e contribuição social - corrente	24	(46)	(4.906)	(46)	(4.906)
(-/+ ) IR e contribuição social - diferidos	8	(2.970)	(1.823)	(2.759)	(1.715)
<b>(=) Lucro (Prejuízo) do exercício</b>		<b>(3.279)</b>	<b>21.938</b>	<b>(3.280)</b>	<b>21.941</b>
<b>Lucro (prej.) liq. do exerc. atribuível à:</b>					
Acionista controlador		(3.279)	21.938	(3.279)	21.938
Acionista não controlador		-	-	(1)	3
<b>(=) Lucro (Prejuízo) do exercício</b>		<b>(3.279)</b>	<b>21.938</b>	<b>(3.280)</b>	<b>21.941</b>
<b>Quantidades de ações do capital social</b>		<b>60.015</b>	<b>60.015</b>	<b>60.015</b>	<b>60.015</b>
<b>Lucro (prejuízo) por ação</b>		<b>(0,05)</b>	<b>0,37</b>	<b>(0,05)</b>	<b>0,37</b>

Resultado	Nota	Demonstrações do Resultado Abrangente			
		Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
<b>Resultado</b>		<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(3.279)	21.938	(3.280)	21.941
<b>Outros resultados abrangentes:</b>					
Ajustes acumulados de conversão		(100)	-	(100)	-
Ajustes de avaliação patrimonial		5.966	(840)	5.966	(840)
<b>Result. abrang. p/o exerc. liq. de impostos</b>		<b>2.587</b>	<b>21.098</b>	<b>2.586</b>	<b>21.101</b>

Fluxo	Nota	Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto			
		Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
<b>Fluxo de caixa das ativ. operacionais</b>		<b>(263)</b>	<b>28.667</b>	<b>(475)</b>	<b>28.564</b>
Resultado do exercício antes dos impostos		(263)	28.667	(475)	28.564
<b>Ajustes por:</b>					
Depreciações e amortizações		18.036	16.934	18.500	17.249
Amortização ágio		1.300	1.300	1.300	1.300
Provisões para garantias		(17)	60	(19)	60
Provisão para contingências		3.142	(339)	3.110	(307)
Valor justo propriedades para investimento		(9.039)	-	(9.039)	-
Resultado de equivalência patrimonial		5.848	(1.850)	-	-
		<b>19.007</b>	<b>44.772</b>	<b>13.377</b>	<b>46.866</b>

(Aumento) redução em ativos  
Contas a receber de clientes 48.362 (20.792) (44.101) (23.179)  
Estoques (1.820) (13.459) (7.181) (13.176)  
Impostos a recuperar (3.222) 248 (3.633) 243  
Despesas Antecipadas 544 695 523 710  
Adiantamentos (822) (659) (874) (509)  
Outros créditos 1.279 692 983 678

Fornecedores 10.681 3.186 11.880 3.346  
Impostos e contribuições a recolher 425 (1.237) 775 (1.011)  
Salários a pagar 1.151 952 1.172 977  
Provisão de férias e encargos 3.384 4.624 3.500 4.823  
Outras contas a pagar (5.996) 3.618 (5.241) 3.336  
(23.751) 22.638 (28.820) 23.104  
(46) (4.906) (46) (4.906)

Imposto de renda e contribuição social (23.797) 17.732 (28.866) 18.198

Fluxo de caixa das ativ. de investimento  
Mútuos partes relacionadas 2.622 (3.717) 5.505 (3.605)  
Investimentos (5.423) 471 (73) 471  
Aquisições de imobilizado e intangível (22.252) (19.215) (24.660) (19.953)  
Aplicações financeiras - LP (40) (40) (40) (40)

Fluxo de caixa aplic. nas ativ. de investimentos  
Fluxo de caixa das ativ. de financiamento  
Outras destinações do patrimônio líquido (828) (68) (828) (68)  
Pagamento dividendos (20.710) (13.258) (20.710) (13.258)  
Captação (liquidação) de empréstimos 124.446 1.820 124.341 1.765

Caixa líquido aplic. nas ativ. de financ. 102.908 (11.506) 102.803 (11.561)  
Aum. (Redução) do caixa e equiv. de caixa 54.018 (16.235) 54.669 (16.450)

No início do exercício 26.476 42.711 27.099 43.



**ECB Holding S.A.**

CNPJ nº 13.203.297/0001-34

**Demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Exercícios findos em 31/12/25 e 31/12/24 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**Relatório da Diretoria: Senhores Acionistas:** cumprindo as disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial, Demonstrativo de Resultados do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Resultados Abrangentes do Fluxo de Caixa e as Notas Explicativas, encerrados em 31/12/25. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. Passo Fundo, 28/05/2026



A Diretoria

Balanços patrimoniais					Balanços patrimoniais					Demonstrações do resultado							
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado		
		31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24			31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24		2025	2024	2025	2024	
<b>Circulante</b>						<b>Circulante</b>						<b>Receita líquida de vendas</b>	27	-	-	10.020.461	7.347.151
Caixa e equivalentes de caixa	12 (a)	978	6.309	1.398.114	499.510	Empréstimos, financiamentos e debêntures	21	-	-	484.410	457.738	Custo dos produtos, mercad. vendidas e serv. prestados	28	-	-	(8.681.340)	(6.189.414)
Aplicações Financeiras	12 (b)	-	-	43.848	306.637	Fornecedores	22	323	80	1.489.376	1.280.298	<b>Lucro bruto</b>	-	-	<b>1.339.121</b>	<b>1.157.737</b>	
Contas a receber de clientes	13	-	42	685.700	422.882	Obrigações trabalhistas	469	236	50.382	36.691	Despesas com vendas	28	-	-	(202.747)	(245.772)	
Estoques	14	-	-	520.383	426.523	Obrigações tributárias	223	2.170	48.162	28.049	Despesas gerais e administrativas	28	(9.782)	(6.036)	(420.307)	(257.603)	
Impostos a recuperar	15 (a)	167	1.398	942.305	455.162	Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	-	6.023	2.943	Outras receitas e (despesas) operacionais, líquidas	28	(735)	(728)	14.205	(32.862)	
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	15 (b)	-	491	94.020	47.146	Adiantamentos de clientes	-	-	41.134	12.099	Resultado de equivalência patrimonial	16	489.193	474.421	-	-	
Adiantamentos a fornecedores	7	-	-	100.685	89.814	Instrumentos financeiros derivativos	11 (h)	-	-	55.749	62.223	<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos</b>	<b>478.676</b>	<b>467.657</b>	<b>730.272</b>	<b>621.500</b>	
Instrumentos financeiros derivativos	11 (h)	-	-	43.394	57.252	Passivos de arrendamento	-	-	13.995	13.957	Despesas financeiras	30	(114)	(84)	(633.345)	(364.753)	
Aplicações financeiras vinculadas	21 (b)	-	-	52.205	107.386	Mensalidades Diferidas	-	-	21.125	15.668	Receitas financeiras	30	513	1.019	343.093	215.868	
Dividendos e JSCP a Receber	-	150.000	44.053	-	-	Contas a pagar pela aquisição de controladas	22	-	-	10.751	5.847	<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>479.075</b>	<b>468.592</b>	<b>471.247</b>	<b>399.653</b>	
Outras contas a receber	-	498	162	99.952	128.795	Outras contas a pagar	-	-	-	107.477	160.250	Imposto de renda e contribuição social - corrente	24	(24)	(21)	(11.446)	(4.179)
<b>Total do circulante</b>		<b>151.650</b>	<b>52.456</b>	<b>3.980.606</b>	<b>2.541.107</b>	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	26	150.000	7.451	150.000	7.451	Imposto de renda e contribuição social - diferido	25	(25)	(21)	19.250	73.093
<b>Não circulante</b>						<b>Total do circulante</b>		<b>151.015</b>	<b>9.937</b>	<b>2.478.584</b>	<b>2.083.214</b>	<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>479.051</b>	<b>468.571</b>	<b>479.051</b>	<b>468.567</b>	
Aplicações financeiras vinculadas	21 (b)	-	-	229.913	15.153	<b>Não circulante</b>						<b>Resultado atribuído aos acionistas controladores</b>	-	-	<b>479.051</b>	<b>468.571</b>	
Outras contas a receber	2	-	4	171.144	5.085	Empréstimos, financiamentos e debêntures	21	-	-	2.481.123	576.449	<b>Resultado atribuído aos acionistas não controladores</b>	-	-	-	(4)	
Dividendos e JSCP a Receber	-	300.000	-	-	-	Outras contas a pagar	-	-	416	62.842	8.717	<b>Lucro básico e diluído por lote de mil ações 26 (d)</b>	<b>0,91</b>	<b>3,69</b>	<b>0,91</b>	<b>3,69</b>	
Impostos a recuperar	15 (a)	-	-	324.435	114.297	Passivos de arrendamento	-	-	15.550	13.913	4.840	<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>					
Impostos diferidos	25	-	-	120.603	67.607	Impostos diferidos passivo	25	96	72	4.539	4.840	Nota	2025	2024	2025	2024	
Investimentos	17	683.687	707.026	1.350	1.350	Dividendos a pagar	26	300.000	-	300.000	-	479.051	468.571	479.051	468.567		
Propriedades para investimento	18	-	-	26.489	26.625	Contas a pagar pela aquisição de controladas	22	-	-	219.840	3.788	Lucro líquido do exercício	479.051	468.571	479.051	468.567	
Imobilizado	19	2.452	2.382	1.246.735	589.984	Provisões para contingências	23	-	-	3.818	4.186	Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	-	-	-	-	
Intangível	20	469	688	283.383	86.029	Passivo Indenizatório da combinação de negócio	4	-	-	131.211	-	Hedge accounting de fluxo de caixa	11	-	-	27.406	(23.108)
<b>Total do não circulante</b>		<b>986.611</b>	<b>710.099</b>	<b>2.404.051</b>	<b>906.130</b>	<b>Total do não circulante</b>		<b>300.096</b>	<b>488</b>	<b>3.218.924</b>	<b>611.893</b>	IRPJ e CSLL hedge accounting de fluxo de caixa	11	-	-	(8.929)	7.857
<b>Total do ativo</b>		<b>1.138.261</b>	<b>762.555</b>	<b>6.384.657</b>	<b>3.447.237</b>	<b>Total do não circulante</b>		<b>451.111</b>	<b>10.425</b>	<b>6.318.924</b>	<b>2.695.107</b>	Reflexo ORA Controladas	-	-	-	-	
						<b>Patrimônio Líquido</b>						Ajustes acumulados de conversão	18	18.477	(15.251)	6.133	35.499
						Capital social	26 (a)	524.826	127.020	524.826	127.020	<b>Resultado abrangente do exercício acionistas controladores</b>	<b>503.661</b>	<b>488.819</b>	<b>503.661</b>	<b>488.815</b>	
						Reservas de lucros	26 (b)	75.812	598.323	75.812	598.323	<b>Resultado atribuído aos acionistas não controladores</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(4)</b>	
						Reserva Legal	26 (b)	49.357	25.404	49.357	25.404	<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>					
						Ajustes acumulados de conversão	-	32.030	26.447	32.030	26.447	Método Indireto	2025	2024	2025	2024	
						Ajuste de avaliação patrimonial	-	3.825	(25.065)	3.825	(25.065)	Fluxos de caixa das atividades operacionais	479.051	468.571	479.051	468.567	
						A FAC - Adiantamento para futuro aumento de capital	-	1.300	-	1.300	-	Ajustes para reconciliar o resultado ao fluxo de caixa das atividades operacionais:	-	-	-	-	
						<b>Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores</b>		<b>687.149</b>	<b>752.130</b>	<b>687.149</b>	<b>752.130</b>	Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido	24	24	21	(7.804)	(68.914)
						<b>Participação de não controladores</b>		<b>687.149</b>	<b>752.130</b>	<b>687.149</b>	<b>752.130</b>	Depreciação e amortização	19 e 20	628	594	69.126	34.454
						<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>1.384.298</b>	<b>1.504.260</b>	<b>1.384.298</b>	<b>1.504.260</b>	Perda (ganho) na venda de imobilizado	19	(22)	-	2.171	3.071
						<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.384.298</b>	<b>1.504.260</b>	<b>1.384.298</b>	<b>1.504.260</b>	Resultado de equivalência patrimonial	17	(489.193)	(474.421)	-	-

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	Capital social	Reserva legal	Reserva de Lucros		Ajustes acumulados de conversão	Ajustes avaliação patrimonial	AFAC - Adiantamento Futuro	Participação de não controladores	Total
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros					
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>127.020</b>	<b>15.971</b>	<b>252.368</b>	<b>(11.996)</b>	<b>599</b>	<b>(17.760)</b>	<b>-</b>	<b>366.202</b>	<b>468.571</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	468.571	-	468.571	(4)
Constituição de reserva legal	-	9.433	-	-	-	(9.433)	-	-	(80.300)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(80.300)	-	-	35.499
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	35.499	-	-	35.499	(15.250)
Hedge accounting de fluxo de caixa	-	-	-	-	(15.250)	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio e dividendos (nota 26 (c))	-	-	-	-	-	(22.592)	-	(22.592)	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	356.246	-	-	(356.246)	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>127.020</b>	<b>25.404</b>	<b>608.614</b>	<b>8.253</b>	<b>599</b>	<b>(17.760)</b>	<b>-</b>	<b>752.130</b>	<b>752.130</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	479.051	-	-	-	-	479.051	-
Constituição de reserva legal	-	23.953	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(565.248)	-	-	-	-	(565.248)	-
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	6.133	-	-	6.133	-
Hedge accounting de fluxo de caixa	-	-	-	-	18.477	-	-	18.477	-
Juros sobre o capital próprio e dividendos (nota 26 (c))	-	-	-	-	-	(12.001)	-	(12.001)	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	(17.760)	-	-	17.760	-	-	-
Adiantamento Futuro	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento Capital (nota 26 (a))	-	-	-	-	-	-	8.600	8.600	-
Integralização de capital (nota 26 (a))	397.805	-	(390.505)	-	-	-	(7.300)	-	-
Absorção do resultado - Ajuste acumulado de conversão	-	-	(3.859)	(833)	3.226	-	(6)	(6)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>524.825</b>	<b>49.357</b>	<b>75.813</b>	<b>32.030</b>	<b>3.825</b>	<b>-</b>	<b>1.300</b>	<b>687.149</b>	<b>687.149</b>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

**1. Contexto operacional:** A ECB Holding S.A. ("Companhia" ou "Controladora", e de forma conjunta com suas controladas como "Consolidado" ou "Grupo") é uma holding constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na Rua General Osório, 1086, 14º andar, sala 1402, centro, na cidade de Passo Fundo-RS. A atividade da Companhia é, primariamente, participação em outras sociedades. A Companhia e suas controladas ("Grupo"), estão descritas em maiores detalhes na nota explicativa 2. A Companhia participa em sociedades cujo objeto social inclui (i) participação em outras entidades; (ii) produção e comercialização de grãos e biodiesel; (iii) atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares; (iv) concessão de aeroportos. **2. Relação de entidades controladas:** A seguir apresentamos a lista das controladas da Companhia, que compõem as demonstrações financeiras consolidadas.

**Controladas diretas e indiretas**

País	Participação acionária % Direta		Participação acionária % Indireta	
	2025	2024	2025	2024
Brasil	100	100	-	-
Instituto Educacional de Passo Fundo IE Ltda.	100	100	-	-
ECB Aeroportos S.A.	100	-	-	-
Brasil	-	-	100	99,99
Be8 Comércio Importação e Exportação Ltda.	-	-	100	100
Be8 Switzerland S.A.	-	-	100	100
Be8 Immo S.A.	-	-	100	100
Be8 Biodiesel S.A.	-	-	100	100
Emirados Árabes	-	-	-	-
Beeight Mena S.A.	-	-	100	-
Unidos	-	-	-	-
Omega Green S.A.	-	-	99,99	99,99
Paraguai	-	-	-	-
Be8 Exportação e Importação Ltda.	-	-	100	100
Brasil	-	-	-	-
Be8 Paraguai S.A.	-	-	100	100
Paraguai	-	-	-	-
Agroindustrial La Paloma S.A.	-	-	100	100
Paraguai	-	-	-	-
Biosinergy S.A.	-	-	100	100
Brasil	-	-	-	-
Be8 Agro S.A.	-	-	100	-
Brasil	-	-	-	-
Be8 Cuiabá Ltda.	-	-	100	-
Brasil	-	-	-	-
Be8 Floriano Ltda.	-	-	100	-
Brasil	-	-	-	-
Be8 Santo Antônio do Tauá Ltda.	-	-	100	-
Brasil	-	-	-	-
Be8 Nova Marilândia Ltda.	-	-	100	-
Brasil	-	-	-	-

Abaixo, destacamos os detalhes das atividades das controladas diretas e indiretas existentes em 31/12/25: **Be8 S.A.:** Sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede em Passo Fundo, Rodovia Federal BR-285, Km 294, s/nº, Distrito Industrial - RS. A companhia tem por objetivo a industrialização, beneficiamento, comercialização, importação, exportação e distribuição de cereais e sementes oleaginosas, óleos vegetais brutos e refinados, biodiesel, glicerina, seus derivados e subprodutos, incluindo proteínas vegetais. Além disso, a Companhia fomenta a origem de matéria-prima, objetivando a manutenção do selo combustível social, referente às compras do Programa Nacional de Agricultura Familiar, o PRONAF. **Instituto Educacional de Passo Fundo IE Ltda.:** Sociedade empresária limitada, com sede em Passo Fundo, tem como atividade principal atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares. **ECB Aeroportos S.A.:** Sociedade anônima de capital fechado, constituída em 29/12/25, com sede em Passo Fundo-RS, bem como sua filial localizada na cidade de Santo Angelo-RS, possuem a atividade de concessão de direito outorgado pelo estado do Rio Grande do Sul, autorizando a exploração e a operação de atividades aeroportuárias. **Be8 Comércio Importação e Exportação Ltda.:** Sociedade empresária limitada, com sede na cidade de São Paulo, tem como atividade principal a comercialização de glicerina, biodiesel, etanol, óleo de milho, focada principalmente na expansão do segmento de trading (compra e revenda) do Grupo. No dia 06/08/25, ocorreu a alteração da razão social de BSBIOS Comércio Importação e Exportação Ltda. para Be8 Comércio Importação e Exportação Ltda. sem impacto nas atividades operacionais da Empresa. **Be8 Switzerland S.A.:** Sociedade por ações constituída de acordo com as leis da Confederação Suíça, com sede em Genebra, tem como atividade principal a comercialização de glicerina, biod

→ **continuação**

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da ECB Holding S.A.**

**Mensuração do valor justo:** As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes:

Ativos adquiridos	Técnica de avaliação
<b>Imobilizado</b>	Técnica de comparação de mercado e técnica de custo: o modelo de avaliação considera os preços de mercado para itens semelhantes, quando disponível, e o custo de reposição depreciado, quando apropriado. O custo de reposição depreciado reflete ajustes de deterioração física, bem como a obsolescência funcional e econômica.
<b>Intangível</b>	O método <i>multi-period excess earnings</i> considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos esperados pelas relações com clientes, excluindo qualquer fluxo de caixa relacionado com ativos de contribuição.
<b>Estoques</b>	Técnica de comparação de mercado: o valor justo é determinado com base no preço estimado de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e venda e numa margem de lucro razoável com base no esforço necessário para concluir e vender os estoques.

**(b) Contraprestação transferida:** A tabela a seguir resume o valor justo na data de aquisição dos itens mais relevantes da contraprestação transferida.

Em milhares de reais	
Caixa	480.046
Contraprestação contingente (ii) (Nota explicativa 4(c))	14.141
<b>Total da contraprestação transferida</b>	<b>494.187</b>

O preço de aquisição foi calculado da seguinte forma: *Enterprise value* de R\$ 800.000, deduzido por (i) R\$ 247.955 referentes a créditos tributários de PIS e COFINS existentes em 31/12/23 e (ii) acrescido ou deduzido dos ajustes de capital de giro e endividamento na data de fechamento. A contraprestação transferida pela aquisição do controle do negócio é formada por pagamentos em caixa, os quais incluem o preço de aquisição base após os ajustes de capital de giro e endividamento líquido na data do fechamento, sendo este montante corrigido até as datas de vencimento definidas em contrato por CDI + 2% a.a. e parcela a ser paga em caixa a título de antecipação de créditos tributários a recuperar, sem quaisquer correções monetárias, no montante líquido e certo de R\$ 80.000, o qual será pago no mesmo fluxo de vencimentos previsto para o preço de aquisição. O fluxo de pagamentos previsto em contrato para a contraprestação transferida consistiu em pagamento à vista de 40% na data de fechamento e o restante em 3 parcelas anuais que correspondem em cada data de vencimento a 20% do total da contraprestação transferida. **(c) Contraprestação contingente:** Além dos valores mencionados acima, foi previsto que seria pago pela Be8 S.A. (Compradora) o valor de até R\$ 100.000 a título de adiantamento dos créditos tributários. Conforme definido contratualmente, o valor de adiantamento de créditos é devido pela Compradora aos Vendedores em conjunto do preço de aquisição, sendo os pagamentos nas mesmas datas. Todavia, na última parcela relativa ao adiantamento dos créditos tributários, sendo que esta parcela perfaz o montante de R\$ 20.000, o pagamento está condicionado à recuperação de determinado valor de créditos tributários. Desta forma, a última parcela de antecipação de créditos tributários foi considerada uma contraprestação contingente na aplicação do método de aquisição. Adicionalmente, a parcela remanescente de créditos tributários de R\$ 147.955 (ou seja, R\$ 247.955 deduzidos do adiantamento de créditos tributários de até R\$ 100.000 a ser efetuado pela Compradora), conforme previsto contratualmente, será devido pelas adquiridas aos Vendedores à medida que forem recuperados após a finalização do pagamento de antecipação dos créditos devidos pela Compradora, sendo observado o prazo de até 5 anos após a data de fechamento. Desta forma, a parcela remanescente de créditos tributários foi reconhecida na data de fechamento como um passivo no balanço das adquiridas devido aos antigos sócios, sendo este classificado no passivo não circulante. **(d) Custo de aquisição:** O Grupo incorreu em custos relacionados à aquisição no valor de R\$ 2.225 referentes a honorários advocatícios e custos de *due diligence*. Os honorários advocatícios e os custos de *due diligence* foram registrados como "Despesas gerais e administrativas" na demonstração de resultado na controladora. **(e) Ágio:** O ágio reconhecido como resultado da aquisição foi determinado conforme segue:

Em milhares de reais	
Contraprestação transferida (Nota explicativa 4 (b))	494.187
Patrimônio líquido adquirido (Nota explicativa 4 (a))	249.124
Ativos identificáveis	
Valor justo dos estoques (i)	4.108
Valor justo do imobilizado (ii)	26.452
Valor justo do intangível (iii)	94.488
<b>Ágio por expectativa de rentabilidade futura (Goodwill)</b>	<b>120.015</b>

(i) Os estoques das adquiridas na data de aquisição eram compostos por produtos acabados. Para avaliação dos estoques foram efetuados inventários e os itens foram avaliados a valor justo. O valor justo alocado aos estoques foi de R\$ 4.108 em 13/01/25. O método de mensuração do valor justo está descrito na nota explicativa 3(a). (ii) O ativo imobilizado das adquiridas na data da aquisição era composto majoritariamente por terrenos, edificações e máquinas e equipamentos. Para a avaliação do imobilizado foram efetuados levantamento físico dos ativos e aplicado o método comparativo direto de dados de mercado, o método de quantificação do custo e custo histórico. O primeiro consiste em analisar as condições de mercado e transações comparáveis ao ativo que está sendo avaliado e, assim, determinar o valor justo onde os dados confiáveis e disponíveis sobre as vendas podem ser encontrados. O segundo método consiste em avaliar o valor e os valores associados para substituição, reposição ou reprodução dos ativos. No método de avaliação pelo custo histórico, o valor do bem é determinado a partir da atualização monetária do seu custo de aquisição, apurado em registros contábeis e aplicando-se índices econômicos específicos, geralmente utilizados por órgãos competentes e oficiais. O valor justo alocado ao imobilizado foi de R\$ 26.452 em 13/01/25. O valor justo alocado ao imobilizado será depreciado pelo prazo da sua vida útil. (iii) O ativo intangível identificado, cujo valor justo pode ser mensurado com segurança pela Companhia, refere-se à carteira de clientes. A carteira de clientes foi avaliada pelo método MPEEM ("Multi Period Excess Earnings Method"), que é baseado em um cálculo de desconto de fluxos de caixa dos benefícios econômicos futuros atribuíveis à base de clientes, líquidas das eliminações das obrigações de contribuições implicadas em sua geração. Para estimar a vida útil remanescente da base de clientes, foram aplicadas sobre a base de receitas uma taxa de rotatividade (*churn rate*), estimada com base na análise da carteira de clientes e faturamento histórico, representando uma vida útil econômica de 4,97 anos. O valor justo alocado ao relacionamento com clientes, na data de aquisição, foi de R\$ 94.488, o qual será amortizado pelo prazo da sua vida útil. O ágio apurado no montante de R\$ 120.015 representa o benefício econômico futuro esperado das sinergias decorrentes da aquisição e ampliação da atuação da Be8 S.A. nas regiões norte, nordeste e centro-oeste do Brasil. O ágio reconhecido tem expectativa de ser dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social. Adicionalmente, não foram constituídos impostos diferidos sobre os efeitos de valor justo de estoques, imobilizado e intangível devido à intenção da Administração de incorporar as adquiridas no futuro. **5. Base de preparação: Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foi autorizada pela Administração da Companhia em 22/05/26. **6. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão apresentadas em Reais, moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. Cada controlada do Grupo determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do Real, as demonstrações financeiras são convertidas para o Real na data do fechamento. A moeda funcional de cada entidade está relacionada abaixo:

Controlada	País	Moeda funcional
Be8 S.A.	Brasil	Real
Instituto Educacional de Passo Fundo IE Ltda.	Brasil	Real
ECB Aeroportos S.A.	Brasil	Real
Be8 Comércio Importação e Exportação Ltda.	Brasil	Real
Be8 Switzerland S.A.	Suíça	Franco suíço
Be8 Immo S.A.	Suíça	Franco suíço
Be8 Biodiesel S.A.	Suíça	Franco suíço
Beeight Meena S.A.	Emirados Árabes Unidos	Dírhams dos Emirados Árabes Unidos
Omega Green S.A.	Paraguai	Guarani paraguaio
Be8 Exportação e Importação Ltda.	Brasil	Real
Be8 Agro S.A.	Brasil	Real
Be8 Paraguaçu S.A.	Paraguai	Dólar americano
Agroindustrial La Paloma S.A.	Paraguai	Dólar americano
Biosinergy S.A.	Paraguai	Dólar americano
Be8 Nova Mariândia Ltda.	Brasil	Real
Be8 Santo Antônio do Tauá Ltda.	Brasil	Real
Be8 Cuiabá Ltda.	Brasil	Real
Be8 Floriano Ltda.	Brasil	Real

**7. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros e considerações razoáveis para as circunstâncias. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **7.1 Julgamentos e incertezas sobre premissas e estimativas:** Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. **a. Perda (impairment) do ágio:** Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 20). **b. Valor justo de derivativos:** O valor justo de instrumentos financeiros derivativos que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Administração usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. **c. Contabilização e apresentação de contingências:** São contabilizadas provisões de contingências passivas, quando o Grupo possui uma obrigação presente como resultado de eventos passados, e há provável saída de recursos para liquidar a obrigação e essa possa ser estimada de forma confiável. Para passivos contingentes possíveis de ocorrer, mas não prováveis, o Grupo divulga a existência dos mesmos, porém não efetua registro contábil de provisão. **d. Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final de cada período das demonstrações financeiras em que ocorrerem as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota explicativa 3 -** Aquisição de controladas; **• Nota explicativa 11 -** instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos; e

**• Nota explicativa 18 -** propriedades para investimento. **e. Recuperabilidade de impostos diferidos ativos:** Conforme divulgado na nota explicativa 25, o Grupo possui ativos fiscais diferidos oriundos de prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. As premissas consideradas para a mensuração do lucro tributável se amparam principalmente no orçamento do Grupo para os próximos anos, juntamente aos comparativos relacionados a médias históricas de saldos ajudam a traçar a expectativa futura de lucro no que se refere à interferência da sazonalidade no resultado do Grupo. Estas premissas utilizadas na construção do orçamento para anos futuros, bem como na definição da base tributável futura tem em vista as incertezas que giram em torno dos aspectos tributários para os anos seguintes. Os preços de *commodities* comercializadas e adquiridas pelo Grupo, bem como mudanças de legislação, adoção de benefícios e incentivos fiscais podem trazer alterações relevantes na projeção. **8. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais: **•** Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo; **•** Passivos atrelados a *commodities* (fornecedores a fixar) mensurados a valor justo; e **•** As propriedades para investimento são mensuradas pelo valor justo. **9. Políticas contábeis materiais:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **9.1 Base de consolidação: (i) Combinações de negócios:** Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para o Grupo. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, o Grupo avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um *input* e um processo substantivo que juntos contribuem, significativamente, para a capacidade de gerar *output*. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações preexistentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício. **(ii) Controladas:** A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As informações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obteve o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **(iii) Perda de controle:** Quando a Companhia perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. **(iv) Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **9.2 Moeda estrangeira: a. Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes aos ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **b. Operações no exterior:** Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio médias do exercício. As taxas utilizadas para fins de conversão das operações do exterior em 31/12/25, foram as seguintes:

Moeda	País	Taxa de fechamento	Taxa média
Guarani	Paraguai	0,0008395	0,0008039
Franco Suíço	Suíça	6,9457	6,8477
Dólar	Paraguai	5,5024	5,453

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores. Quando uma entidade no exterior é baixada na totalidade ou parcialmente, de forma a perder o controle, influência significativa ou controle conjunto, o montante acumulado de variações cambiais relacionadas a essa entidade no exterior é reclassificado para o resultado como parte do ganho ou perda na baixa. Se a Companhia baixa parte de sua participação em uma controlada, mas mantém o controle, a proporção relevante do valor acumulado será atribuída à participação de acionistas não controladores. Quando a Companhia baixa apenas parte de uma associada ou *joint venture*, mantendo uma influência significativa ou controle conjunto, a proporção relevante do valor acumulado é reclassificada para o resultado. **9.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um mínimo de risco de mudança de valor. **9.4 Instrumentos financeiros: 9.4.1 Classificação:** O Grupo classifica os seus ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: (a) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR); (b) mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e (c) custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, tendo por base o modelo de negócios e as características de fluxos de caixa contratuais. **Valor justo por meio do resultado:** Todos ativos e passivos financeiros que não atendem aos critérios de classificação mensurados como custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados por seu valor justo por meio do resultado, e suas variações são reconhecidas no resultado do período, como receita ou despesa financeira dependendo do resultado obtido. **b. Custo amortizado:** São incluídos nesta categoria os passivos financeiros e ativos financeiros de dívida simples, cujo objetivo é de receber apenas fluxos de caixa contratuais. São atualizados pelo método de juros efetivos, reconhecendo as receitas ou despesas de juros no resultado, ao longo do período pertinente com base na taxa de juros efetiva. **9.4.2 Reconhecimento, mensuração, desreconhecimento e compensação:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado, são reconhecidos inicialmente pelo preço de transação, sendo normalmente o valor justo do instrumento financeiro. Se determinar que o valor justo no reconhecimento inicial se difere do preço da transação, e for comprovado por preço cotado em mercado ativo ou passivo idêntico (Nível 1) a entidade deve reconhecer a diferença entre valor justo inicial e o preço da transação como ganho ou perda. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que tenham sido transferidos, substancialmente, todos os riscos e os benefícios da titularidade do ativo financeiro. O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificados são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Os ativos e passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, são contabilizados usando o método da taxa de juros efetivos, amortizando quaisquer taxas incluídas no cálculo da taxa de juros efetiva ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. Os investimentos em instrumentos patrimoniais e contratos relativos a esses instrumentos devem ser reconhecidos pelo valor justo. Contudo, em circunstâncias limitadas, o custo pode ser uma estimativa apropriada do valor justo, caso não haja informações suficientes mais recentes disponíveis para mensurar o valor justo. O valor justo dos investimentos com cotação pública se baseia nos preços atuais de mercado. Para os ativos financeiros sem mercado ativo, o valor justo é estabelecido por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem a comparação com operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções. **9.4.3 Impairment de ativos financeiros:** O objetivo dos requisitos de redução ao valor recuperável é reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas. O Grupo mensura a provisão para perdas de instrumento financeiro ao valor equivalente às perdas de crédito esperadas se o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. **9.4.4 Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado:** As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente no resultado do exercício, na rubrica "(Perdas)/Ganhos com instrumentos financeiros derivativos, Líquidos". O Controlada Be8 está exposta ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as vendas, compras, recebíveis e empréstimos são denominados, e as respectivas moedas funcionais das entidades da Controlada Be8. A moeda funcional do Grupo é principalmente o Real. As moedas nas quais as transações do Grupo são primariamente denominadas são: Real, Dólar Americano (USD), Guarani (Paraguai) e Franco Suíço (CHF). **9.4.5 Derivativos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** A política de gestão de risco da Controlada Be8 é fazer *hedging* de sua exposição esperada em moeda estrangeira com relação a vendas e compras previstas no curso normal do negócio. A Controlada Be8 utiliza contratos futuros e *swaps* para proteger seu risco cambial. Tais contratos são geralmente designados como *hedges* de fluxo de caixa. Relacionado aos *hedges* do complexo Soja (soja, favelo, óleo e seus derivados), a Controlada Be8 designa integralmente o contrato de câmbio a termo como instrumento de *hedge*. Por fim, o *hedge* de empréstimos na modalidade 4131, o Grupo designa integralmente os contratos de *swaps* como instrumento de *hedge*. A política determina que as condições críticas dos contratos de câmbio a termo sejam consistentes com o item objeto de *hedge*. A controlada Be8 determina a existência de uma relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com base na moeda, no valor e no momento dos respectivos fluxos de caixa. O Grupo avalia se há a expectativa de que o derivativo designado em cada relação de *hedge* compense mudanças e se foi eficaz na com-

pensação de mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* utilizando o método de variabilidade reduzida. Nessas relações de *hedge*, as principais fontes de ineficiência são: **•** Efeito do próprio risco de crédito do Grupo e das contrapartes sobre o valor justo dos contratos de câmbio a termo e *swaps*, o que não é refletido na mudança no valor justo dos fluxos de caixa objeto de *hedge* atribuíveis à mudança nas taxas de câmbio; e **•** Mudanças no momento de realização das operações objeto de *hedge*. **9.5 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo preço de transação, e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa de juros efetiva, menos a provisão para *impairment*, se necessária. A provisão para *impairment* é estabelecida quando existe uma evidência significativa de que não será possível receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O cálculo da provisão é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas esperadas na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas. **9.6 Estoques:** Os estoques são mensurados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. Os custos dos estoques são determinados pelo método de avaliação de estoques "custo médio ponderado". O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matéria-prima, mão de obra direta, outros custos diretos e os respectivos custos indiretos de produção (com base na capacidade operacional normal). Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas de balanço. Em caso de perda por desvalorização (*impairment*), esta é imediatamente reconhecida no resultado. O estoque de grãos adquiridos na modalidade "a fixar", por não haver um preço definido no momento da transação, este é reconhecido a valor de mercado no período de aquisição. **9.7 Ativos intangíveis: a. Ágio:** O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional. **b. Programas de computador (softwares):** Licenças adquiridas de programas de computador (*softwares*) são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada. Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pelo Grupo e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos com o desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, estimadas em aproximadamente quinze anos. **9.8 Imobilizado:** Os bens do imobilizado são registrados ao custo ou custo atribuído e depreciados pelo método linear ao longo da vida útil econômica dos bens. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado. Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido. Se o valor contábil de um ativo for maior do que seu valor recuperável, constitui-se uma provisão para *impairment* de modo a ajustá-lo ao seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. O Grupo não possui bens do ativo imobilizado que espera abandonar ou alienar e que exigiram a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos. As vidas úteis dos ativos imobilizados do Grupo estão apresentadas na nota explicativa 19. **9.9 Propriedades para investimentos:** As propriedades para investimento são inicialmente mensuradas pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. A receita de aluguel de propriedades para investimento é reconhecida como outras receitas pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos concedidos são reconhecidos como parte integrante da receita total de aluguel, durante o prazo do arrendamento. **9.10 Impairment de ativos não financeiros:** Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto propriedades para investimento, estoques e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **9.11 Contas a pagar: a. Fornecedores:** Os saldos de fornecedores estão classificados em duas modalidades, demonstradas a seguir: **Preço fixo:** obrigação junto aos fornecedores, demonstrados ao valor original de contratação, de acordo com os documentos fiscais remetidos pelos mesmos; **Preço a fixar:** obrigação junto aos fornecedores, em sua maioria cooperativas e produtores rurais, que realizaram a entrega dos produtos à Controlada Be8, contudo não definiram preço final. O preço definitivo será acordado entre as partes dentro do prazo limite do contrato, que normalmente se dá dentro do próprio ano corrente. Os saldos de fornecedores a fixar estão demonstrados pelos valores originais e ajustados a valor de mercado, mensalmente. **9.12 Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os custos dos empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de ativo qualificável formam parte do custo de tal ativo. Outros custos de empréstimos são reconhecidos como despesas, de acordo com o regime contábil de competência. **9.13 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for líquido e certo que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Grupo e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando há uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e os passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **9.14 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (a) ativos contingentes com êxito prováveis, ou seja, quando for provável a entrada de benefícios econômicos, são apenas divulgados em nota explicativa; (b) passivos contingentes são provisionados na medida em que o Grupo espera ser provável o desembolso de fluxos de caixa. Processos tributários, trabalhistas e cíveis são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Quando a expectativa de perda nestes processos é possível, uma descrição dos processos e montantes envolvidos é divulgada nas notas explicativas. Passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; e (c) obrigações legais são registradas como exigíveis. **9.15 Tributos sobre o lucro:** A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos e são lançados na demonstração do resultado do exercício, exceto quando estão relacionados à combinação de negócios ou a itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido. **9.15.1 Impostos correntes:** A despesa com imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício à alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. São consideradas as compensações de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social de anos anteriores, limitada a 30% do lucro real. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **9.15.2 Impostos diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo o saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos são reconhecidos apenas quando for provável que o Grupo apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **9.16 Reconhecimento de receita:** As orientações trazidas pela norma CPC 47 - "Receitas de Contratos com Clientes" requerem que as receitas sejam reconhecidas quando atenderem aos seguintes critérios: (a) o valor da receita puder ser mensurado com segurança; (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos em cada uma das vendas realizadas, bem como a confirmação do crédito para a realização da transação e a transferência do controle do bem ou serviço for atendida. O Grupo reconhece a receita quando atinge sua obrigação de performance ao fornecer o produto ao cliente, em determinado momento no tempo, transferindo-lhe o controle sobre o mesmo, que ocorre geralmente quando da entrega física dos bens ou execução do serviço. No mercado interno, a receita é reconhecida por ocasião da remessa, ou entrega dos produtos, e para as vendas ao mercado externo, é reconhecida pelo efetivo embarque dos produtos. A receita na atividade de ensino compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços educacionais, no curso normal das atividades da Entidade. A receita é reconhecida de forma linear ao longo do período letivo, à medida que os serviços educacionais são efetivamente prestados aos alunos, refletindo o atendimento da obrigação de performance contratada.

→ continuação **Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da ECB Holding S.A.**

As receitas são apresentadas líquidas dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. Abaixo destacamos os principais grupos de receita do Grupo: **a. Venda de produtos:** Comércio da produção própria de biocombustíveis, glicérol, óleos básicos vegetais, farelo de soja e outros produtos do processo produtivo. A receita ocorre no momento da retirada do produto na indústria quando este é de responsabilidade do cliente final, ou no momento da entrega quando é de responsabilidade da Controlada Be8 entregar, satisfazendo a obrigação de performance requerida de acordo com os critérios contábeis e normas vigentes. **b. Revenda de mercadorias:** A receita da revenda de mercadorias é reconhecida conforme as remessas ocorrem, visto que os produtos são comprados para comercialização e imediatamente revendidos após a compra e a mercadoria não transita fisicamente pelo estoque da Controlada Be8. **c. Prestação de serviços:** Industrialização por meio de serviço de esmagamento de grãos, serviços de armazenagem de grãos entre outros, sendo a receita de prestação de serviços reconhecida em momento específico no tempo, que é o momento da prestação do serviço. Prestação de serviços educacionais compreendendo turmas de educação infantil, ensino fundamental até o 9º (nono) ano e ensino médio. A receita é reconhecida ao longo do tempo, à medida que os serviços educacionais são prestados, uma vez que os alunos consomem simultaneamente os benefícios gerados pela prestação do serviço. O reconhecimento da receita é realizado de forma linear durante o período letivo, com base nas mensalidades contratadas, refletindo a transferência contínua dos serviços ao cliente. **d. Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, e é reconhecida à medida que há expectativa de realização. As principais receitas financeiras do Grupo são receitas de juros, variações cambiais positivas e ganhos com instrumentos financeiros derivativos. **9.17 Subvenções governamentais:** Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, incluindo aqueles ativos não monetários mensurados a valor justo, a subvenção governamental é reconhecida como receita diferida, no passivo, e lançada no resultado em base sistemática e racional ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. **9.18 Capital social:** A estrutura societária atual é composta por 100% das ações pertencentes ao acionista controlador, em sua pessoa física. **9.19 Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um Passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25% do lucro líquido ajustado nos termos do Artigo 202, da Lei nº 6.404/1976) somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. **9.20 Arrendamentos:** No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. **(i) Como arrendatário:** O Grupo avalia seus contratos de arrendamento, analisando taxa de juros, prazos, valor dos bens arrendados e a intenção de compra ao final do contrato. Os contratos cujos prazos são iguais ou inferiores a 12 meses, ou ainda, ativos classificados como de baixo valor, são reconhecidos como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento. O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos, quando aplicável. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remunerações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. O Grupo apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento com essa mesma nomenclatura no balanço patrimonial. **(ii) Como arrendador:** A Controlada Be8 S.A. possui propriedades para investimento (nota explicativa 18), e recebe arrendamentos mensais conforme cronogramas contratuais. As receitas de arrendamento são contabilizadas em bases lineares no resultado do exercício e apresentadas na rubrica de "Outras receitas e despesas operacionais, líquidas" no resultado do exercício. **10. Normas novas ou revisadas:** Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º/01/25. O Grupo não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: **a. IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18 substituirá o CPC 28/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º/01/27. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". **b. Outras Normas Contábeis:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo: • Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações em IFRS 9 e IFRS 7); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações em IFRS 9 e IFRS 7). **11. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos:** **a. Contexto geral:** O Conselho de Administração da controlada Be8 S.A. tem a responsabilidade global de determinar os objetivos e políticas de gestão de risco da Companhia. O objetivo geral é estabelecer políticas que visam reduzir o risco ao máximo, sem afetar indevidamente a competitividade e flexibilidade da Companhia. A Controlada Be8 S.A. mantém operações com instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição. Todas as operações, que atendem aos critérios de reconhecimento, estão integralmente reconhecidas na contabilidade. Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados para a proteção das margens operacionais da Controlada. Os saldos de instrumentos financeiros estão classificados conforme abaixo:

Produto	Tone-lada	Expo-sição	31/12/25							
			(+) 15%	(+) 10%	(+) 5%	(-) 5%	(-10) %	(-) 15%		
<b>Farelo de soja</b>										
Venda	(276)	(500.647)	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Derivativos Farelo	245	444.899	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>(31)</b>	<b>(55.748)</b>	<b>(64.110)</b>	<b>(61.323)</b>	<b>(58.535)</b>	<b>(52.961)</b>	<b>(50.173)</b>	<b>(47.386)</b>		
<b>Óleo de soja</b>										
Venda	91	503.422	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Derivativos	(86)	(494.010)	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>9.412</b>	<b>10.824</b>	<b>10.353</b>	<b>9.883</b>	<b>8.941</b>	<b>8.471</b>	<b>8.000</b>		

Produto	Tone-lada	Expo-sição	31/12/24							
			(+) 15%	(+) 10%	(+) 5%	(-) 5%	(-10) %	(-) 15%		
<b>Farelo de soja</b>										
Venda	-	(81.614)	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Derivativos Farelo	16	45.745	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>(35.869)</b>	<b>(41.250)</b>	<b>(39.456)</b>	<b>(37.663)</b>	<b>(34.076)</b>	<b>(32.282)</b>	<b>(30.489)</b>		
<b>Óleo de soja</b>										
Venda	68	358.608	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Derivativos	(52)	(256.294)	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>102.314</b>	<b>117.662</b>	<b>112.546</b>	<b>107.430</b>	<b>97.199</b>	<b>92.083</b>	<b>86.967</b>		

Para a apuração do valor justo foi estimado seu valor presente utilizando-se de uma metodologia comumente empregada pelos participantes do mercado. Essa metodologia baseia-se na estimativa do valor presente dos pagamentos por meio da utilização de curvas de mercado divulgadas pela B3 S.A. (Brasil, Bolsa, Balcão). A Controlada Be8 S.A. efetua análises de sensibilidade, refletidas em seis cenários de simulação para *commodities*. No realista, utilizou os preços das *commodities* em 31/12/25 e sobre estes preços acrescentou/reduziu 5%, 10% e 15%, e para câmbio utilizou a expectativa de câmbio obtida pelo Relatório FOCUS, divulgado pelo Banco Central do Brasil em 26/12/25 (último do ano divulgado) formando os outros seis cenários. Tais cenários representam mudanças no risco de preço das *commodities* que na avaliação da Administração são variações razoavelmente possíveis:

**Análise de sensibilidade:**

Operação	Risco	Consolidado					
		(-15%)	(-10%)	(-5%)	Realista	5%	10%
Cotação do dólar	4,62	4,9	5,17	5,44	5,71	5,98	6,26
Ajuste	116.382	81.927	47.471	13.016	(21.440)	(55.895)	(90.351)
Soja CBOT da commodity	(2.350)	(2.488)	(2.626)	(2.765)	(2.903)	(3.041)	(3.179)
Soja CBOT da commodity	11.695	12.383	13.071	13.759	14.447	15.135	15.823
Soja CBOT da commodity	-	-	-	-	-	-	-
Cotações do Euro	5,44	5,76	6,08	6,4	6,72	7,04	7,36
Ajuste	(12.158)	(10.422)	(8.687)	(6.952)	(5.216)	(3.481)	(1.746)

**c. Risco taxa de câmbio:** Com o objetivo de proteção das receitas de vendas da Controlada Be8, que são sujeitas à volatilidade da cotação do câmbio, utilizam-se instrumentos financeiros derivativos, cujo portfólio consiste, basicamente, em contratos de vendas e compras a termo de moeda - *Non Deliverable Forward* (NDF). Estas operações são realizadas diretamente com instituições financeiras, em ambiente de balcão, onde não existem chamadas de margens. O impacto sobre o fluxo de caixa da Empresa se dá somente na data da liquidação dos contratos. Estes instrumentos são utilizados principalmente para duas finalidades de *hedge*: • *Hedge* da exposição cambial associada a derivativos negociados na CBOT, cujos contratos são negociados em moeda estrangeira. A negociação das NDFs visa reduzir impactos no resultado decorrentes de oscilações de taxa de câmbio entre real e outras moedas. • *Hedge* de proteção cambial de fluxo de caixa, onde as negociações foram realizadas em moeda estrangeira, enquanto o caixa da Empresa é em reais. As NDFs têm o objetivo de preservar o valor em reais a ser pago/recebido, mitigando a exposição à volatilidade cambial de entrada ou saída de recursos, até a data de suas respectivas liquidações. Para empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, a Companhia gerencia seu risco de taxa de câmbio para fluxo de caixa utilizando *swap* de taxa de juros, de dólar para taxa em reais. O objetivo é minimizar os riscos de valorização da moeda americana dos contratos firmados com esse indexador. A Companhia assume a dívida por uma taxa prefixada CDI e tem na ponta ativa a variação cambial da mesma dívida. Em 31/12/25 e em 31/12/24, as operações vinculadas ao dólar apresentadas em Reais estavam compostas conforme abaixo:

Ativo	Nota	Consolidado	
		31/12/25	31/12/24
<b>Ativos financeiros</b>			
Disponibilidades		50.515	46.215
Contas a receber de clientes		91.555	153.351
Outras contas a receber		30.488	86.205
<b>Passivos financeiros</b>			
Empréstimos	21	(301.579)	(63.185)
Fornecedores mercado externo	22	(60.927)	(104.701)
<b>Total de operações vinculadas ao dólar</b>		<b>(189.948)</b>	<b>117.885</b>
Derivativos a termo (NDF)		85.853	198.569
Derivativos Chicago Board of Trade (CBOT)		(108.035)	(216.923)
Swaps de dívida		272.457	30.406
		<b>60.327</b>	<b>129.937</b>

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
<b>Valor justo por meio do resultado</b>		<b>978</b>	<b>-</b>	<b>1.398.651</b>	<b>101.568</b>
Caixa e bancos	12	978	-	1.398.114	82.202
Instrumentos financeiros derivativos	11(h)	-	-	537	19.366
<b>Valor justo por meio de outros resultados abrangentes</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>42.857</b>	<b>37.886</b>
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	42.857	37.886
<b>Custo amortizado</b>		<b>450.508</b>	<b>50.569</b>	<b>1.153.533</b>	<b>1.497.786</b>
Fornecedores	22	(323)	(80)	(1.485.814)	(1.279.744)
Fornecedores risco sacado		-	-	(3.323)	(554)
Adiantamento de clientes		-	-	(41.134)	(12.099)
Mensalidade antecipada		-	-	(21.125)	(15.668)
Contas a pagar pela aquisição de controlada	22	-	-	(230.591)	(9.593)
Passivos de arrendamento		-	-	(29.545)	(27.870)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	21	-	-	(2.965.533)	(1.034.187)
Dividendos a pagar	(450.000)	(7.451)	(450.000)	(7.451)	(7.451)
Outras contas a pagar		-	-	(170.319)	(174.408)
<b>Total Passivo</b>		<b>(450.323)</b>	<b>(7.947)</b>	<b>(5.453.372)</b>	<b>(2.623.797)</b>
<b>Total Ativo + Passivo</b>		<b>1.163</b>	<b>42.622</b>	<b>(2.858.332)</b>	<b>(986.557)</b>

**Controladora e consolidado**

Instrumento de hedge	Objeto hedgeado	Saldo em 31/12/25	
		MTM	Resultado financeiro Patrimônio líquido
<b>Swaps de valor justo</b>		<b>7.387</b>	<b>(16.547)</b>
Swap de R\$ 63 milhões (Ativo Pré/ Passivo CDI+Pré)	Dívida de R\$ 63 milhões a juros de 11,90% a.a.	1.921	(138)
Swap de R\$ 47 milhões (Ativo Pré/ Passivo CDI+Pré)	Dívida de R\$ 47 milhões a juros de 13,80% a.a.	753	(125)
Swap de R\$ 31,5 milhões (Ativo Pré/ Passivo CDI+Pré)	Dívida de R\$ 31,5 milhões a juros de 11,50% a.a.	922	(896)
Swap de R\$ 200 milhões (Ativo Pré+IPCA/Passivo CDI+Pré)	Dívida de R\$ 200 milhões a juros de 2,20 e IPCA + 9,1645 % a.a.	3.770	(10.045)
Swap de R\$ 52 milhões (Ativo Pré/ Passivo CDI+Pré)	Dívida de R\$ 52 milhões a juros de 16,52% a.a.	503	(1.433)
Swap de R\$ 52 milhões (Ativo Pré/ Passivo CDI+Pré)	Dívida de R\$ 52 milhões a juros de 15,24 a.a.	(482)	(3.910)
		<b>(13.949)</b>	<b>(2.192)</b>
Swap de R\$ 121,3 milhões (Ativo Pré/ Passivo CDI+Pré)	Dívida de R\$ 121,3 milhões a juros de 5,90% a.a.	(10.250)	867
Swap de R\$ 55,7 milhões (Ativo Pré/ Passivo CDI+Pré)	Dívida de R\$ 55,7 milhões a juros de 5,98% a.a.	(3.057)	(1.437)
Swap de R\$ 50 milhões (Ativo Pré/ Passivo CDI+Pré)	5,25 a.a.	(642)	(1.622)

**e. Análise de sensibilidade:** O grupo realiza operações com instrumentos financeiros derivativos, única e exclusivamente, para proteção contra a flutuação do câmbio e dos preços de venda das *commodities* que produz e comercializa, as quais estão atreladas à cotação do dólar e dos preços da soja e de seus derivados no mercado internacional. Foi elaborada análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros derivativos, agrupando-os conforme o fator de risco: variação cambial, variação nos preços das *commodities* e variação nos juros (CDI). Caso algum dos cenários projetados pela Administração venha a se realizar, tanto em situação de ganho ou de perda, os mesmos serão compensados em sua totalidade por efeito inverso apurado sobre a realização das receitas de vendas. O valor justo estimado para os instrumentos financeiros derivativos contratados foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliações. **e.1 Swaps:** Os swaps celebram uma troca de fluxo de caixa, onde este se compromete a pagar uma variação percentual do CDI - CETIP para o banco e recebendo deste a variação do

dólar. Essas operações visam proteger dívidas vinculadas à moeda estrangeira, no caso o dólar, portanto, a ponta cambial não apresenta nenhum tipo de risco, pois eventuais alterações na taxa do dólar serão compensadas pelo ajuste justo à instituição financeira, ou seja, a liquidação será pela diferença entre as pontas. Finalmente, visando reduzir o risco da variação cambial, ao fazer o *swap* da variação cambial para CDI - CETIP contrata este simultaneamente com a operação em dólar, com mesma data de vencimento e sem intenção de liquidação antecipada desta. A Controladora Be8 também possui *swaps* enquadrados como *swaps* de troca de taxa prefixada para taxa pós-fixada, os quais são designados dentro da contabilidade de *hedge* como *hedge* de valor justo. **e.2 Análise de sensibilidade da oscilação do CDI, TJLP e IPCA:** Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador CDI, TJLP e IPCA das dívidas (posição 31/12/25), foram definidos dois cenários diferentes a partir da referida taxa desta data, estipulada pelo Comitê de Política Monetária (COPOM). Com base nesta informação foram calculadas as variações com o agravamento dessas taxas em 10% e 15% que representam uma oscilação razoavelmente possível na avaliação da Administração.

Operações	Indexador	Realista		10%		15%	
		Taxa % a.a.	RS	Taxa % a.a.	RS	Taxa % a.a.	RS
Empréstimos	CDI	2.430.240	14,90	109.543	16,39	183.525	17,14
Empréstimos	IPCA	228.047	4,81	15.670	5,29	30.673	5,53
Empréstimos	TJLP	20.171	9,07	668	9,88	834	10,43
Empréstimos	TR	288.527	1,70	401.009	1,87	44.641	1,96
<b>Total</b>		<b>2.966.985</b>		<b>166.890</b>		<b>259.673</b>	

**f. Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco de perda financeira se o cliente ou contraparte de um instrumento financeiro deixar de cumprir suas obrigações contratuais. O Grupo está exposto, principalmente, ao risco de crédito advindo de vendas a prazo. A política implementada em nível local, é avaliar o risco de crédito de novos clientes antes de realizar contratos. Essas avaliações de crédito são consideradas pelas práticas comerciais locais. Normalmente não é considerado necessária a exigência de garantias reais em relação às vendas a prazo. O Grupo não possui índices relevantes de inadimplência, bem como histórico de perdas efetivas com contas a receber de clientes. O Grupo não apresenta saldos com risco de crédito relevante (e substancialmente não *impaired*) em 31/12/25 e 31/12/24, contudo, reflete os riscos e incertezas futuras na provisão, de acordo com os conceitos do CPC 48. **g. Risco de liquidez:** O risco de liquidez representa o risco de o Grupo enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. O risco de liquidez é monitorado através de constantes atualizações do fluxo de caixa, mantendo os investimentos e caixa prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, também se antecipando para futuras necessidades de caixa. A Administração considera que os passivos provenientes de empréstimos, financiamentos e debêntures estão adequadamente distribuídos até o vencimento das operações. Em relação aos valores de capital de giro, cujos vencimentos são de curto prazo, deverão ser renovados, já que as linhas de crédito do Grupo junto ao mercado financeiro dão suporte para tal renovação. Em 2021, no contexto da aquisição do controle da Companhia pela até então controladora RP Biocombustíveis S.A. ("RP BIO"), a RP BIO firmou contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com a Petrobras Biocombustíveis S.A. ("PBIO"). Conforme termo de fechamento da operação, o preço de aquisição foi retido o valor principal de R\$ 67.500 (R\$ 85.042 em 31/12/25), reconhecido como conta Escrow Indenização. Este valor será liberado em favor da vendedora (PBIO) de acordo com o cronograma previsto contratualmente. A Companhia apresenta o saldo da conta Escrow Indenização em bases líquidas do respectivo passivo a pagar para a PBIO, tendo em vista que possui um direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido e tem a intenção de realizar o ativo (conta Escrow indenização) e o passivo no mesmo momento. O saldo da conta Escrow, em 31/12/25 corresponde a R\$ 85.042 (R\$ 63.236 em 31/12/24). A seguir apresenta-se as informações de intervalo dos vencimentos dos principais passivos financeiros:

Passivo	Nota	Controladora				Total
		Até um ano	De um a dois anos	De três a cinco anos	31/12/25	
Fornecedores	22	(323)	-	-	-	(323)
Outras contas a pagar		-	-	-	-	-
		<b>(323)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(323)</b>

  

Passivo	Nota	Controladora				Total
		Até um ano	De um a dois anos	De três a cinco anos	Mais de cinco anos	
Fornecedores	22	(80)	-	-	-	(80)
Outras contas a pagar		(7.867)	-	-	-	(7.867)
		<b>(7.947)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(7.947)</b>

Passivo	Nota	Controladora				Total
		Até um ano	De um a dois anos	De três a cinco anos	Mais de cinco anos	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	21	(484.410)	(875.118)	(1.019.195)	(586.810)	(2.965.533)
Fornecedores	22	(1.489.376)	-	-	-	(1.489.376)
Adiantamentos de clientes		(41.134)	-	-	-	(41.134)
Outras contas a pagar		(107.474)	(62.844)	-	-	(170.318)
Passivos de arrendamento		(13.995)	(15.551)	-	-	(29.546)
Contas a pagar pela aquisição de controlada	22	(10.751)	(219.840)	-	-	(230.591)
		<b>(2.147.139)</b>	<b>(1.173.353)</b>	<b>(1.019.195)</b>	<b>(586.810)</b>	<b>(4.926.497)</b>

||
||
||



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da ECB Holding S.A.									
-★ continuação									
(ii) Informações financeiras resumidas das controladas: Saldos em 31/12/25:									
	Instituto Educacional de Passo Fundo IE Ltda.		ECB Aeroporto S.A.						
	Be8 S.A.	Passo Fundo IE Ltda.	Be8 S.A.	Passo Fundo IE Ltda.					
Participação acionária em %	100%	100%	100%	100%					
Ativo circulante	3.951.167	22.016	5.781	5.781					
Ativo não circulante	2.390.959	9.119	-	-					
Passivo circulante	2.453.894	23.683	-	-					
Passivo não circulante	3.218.634	193	-	-					
Patrimônio líquido	669.599	7.258	5.781	5.781					
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	488.121	1.071	-	-					
<b>Saldos em 31/12/24:</b>									
	Be8 S.A.	Instituto Educacional de Passo Fundo IE Ltda.							
Participação acionária em %	100%	100%							
Ativo circulante	2.516.851	15.854							
Ativo não circulante	201.976	5.371							
Passivo circulante	2.100.219	17.111							
Passivo não circulante	611.313	88							
Patrimônio líquido	701.955	4.026							
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	477.037	(2.610)							
<b>18. Propriedades para investimento:</b> Os ativos classificados como propriedades para investimento referem-se a terrenos e edificações, os quais serão mantidos pela Controlada Be8 S.A. para obter renda e para valorização do capital. Com a posse efetiva das propriedades, a Controlada Be8 S.A. passa a classificar os ativos como propriedades para investimento, optando pela metodologia de mensuração pelo seu valor justo. <b>a. Mensuração do valor justo:</b> Para determinação do valor justo foi contratada uma empresa terceirizada especializada. No laudo elaborado pelos especialistas contratados foram utilizados os seguintes métodos para avaliação, de forma isolada: <b>Terrenos:</b> Método direto Comparativo de Dados de Mercado, devido existência de mercado imobiliário local, ofertas, compras e vendas de imóveis semelhantes para a devida comparação através de tratamento estatístico dos dados de mercado. <b>Edifícios e benfeitorias:</b> Método da Quantificação de Custo de Benfeitorias, levando em consideração as características das obras civis, utilizando orçamentos de construções semelhantes atualizando seus valores. Para demais equipamentos alocados nos edifícios foi utilizado o método de Custo de Reposição destes equipamentos. <b>b. Conciliação do valor contábil:</b> O saldo da conta é apresentado na movimentação abaixo:									
	<b>Consolidado</b>								
	31/12/25	31/12/24							
Saldo inicial	26.625	23.919							
(-) Alienações	-	-							
(+/-) Reversões	3.667	2.706							
(-) Ajuste a valor justo	(3.803)	2.706							
<b>Saldo contábil, líquido</b>	<b>26.489</b>	<b>26.625</b>							
A Controlada Be8 S.A. efetuou a venda de sete propriedades para investimento em 31/12/23, totalizando R\$ 28.650. Este montante foi reconhecido no resultado do exercício daquele ano em "outras receitas operacionais". O saldo a ser recebido desta transação está contabilizado na rubrica de "outras contas a receber" no balanço patrimonial e corresponde ao valor atualizado de R\$ 4.600 em 31/12/25 (R\$ 10.900 em 31/12/24).									
	<b>Data da venda</b>	<b>Valor da venda</b>	<b>Parcelas vencimento</b>	<b>Pagamentos - tos 2023</b>	<b>Pagamentos - tos 2024</b>	<b>Pagamentos - tos 2025</b>			
<b>Imóveis</b>									
Imóvel 1	29/09/23	6.600	1.800 30/11/23 600	1.800 30/11/23 600	-	-			
			2.100 31/10/24	-	2.100	-			
			2.100 31/10/25	-	-	-			
Imóvel 2	29/09/23	1.000	300 29/09/23	300	-	-			
			250 30/06/24	-	250	-			
			250 31/10/24	-	250	-			
			200 31/10/25	-	-	200			
Imóvel 3	29/09/23	3.000	900 29/09/23	900	-	-			
			750 30/06/24	-	750	-			
			750 31/10/24	-	750	-			
			600 31/10/25	-	-	600			
Imóvel 4	29/09/23	850	850 29/12/23	850	-	-			
			1.000 30/10/23	1.000	-	-			
			2.500 30/05/24	-	1.100	-			
Imóvel 5	31/10/23	8.500	2.500 30/05/25	-	-	2.500			
			2.500 30/05/2026	-	-	-			
Imóvel 6	29/09/23	2.700	2.700 29/12/23	2.700	-	-			
			2.000 29/09/23	2.000	-	-			
			1.000 15/01/24	-	1.000	-			
			1.000 15/09/24	-	1.000	-			
			1.000 15/01/25	-	1.000	-			
			1.000 15/09/25	-	1.000	-			
<b>Total</b>		<b>28.650</b>		<b>11.550</b>	<b>6.200</b>	<b>6.300</b>			
Em 09/2025, foi formalizado o distrato da venda do "Imóvel 1" realizada em 2023. Considerando deduções por uso e pagamentos antecipados, a Companhia devolverá à compradora o valor líquido de R\$ 3.240. Na mesma data, foi firmado novo contrato de arrendamento com vigência de cinco anos e valor mensal de R\$ 30. <b>c. Valores reconhecidos no resultado:</b> A receita de aluguel reconhecida pela Controlada Be8 S.A. no exercício findo em 31/12/25 foi de R\$ 1.552 na controladora (R\$ 701 em 31/12/24) e foi incluída em outras receitas operacionais na demonstração do resultado do exercício.									
<b>19. Imobilizado:</b>									
	<b>Controladora</b>								
	<b>Em 01/12/25</b>	<b>Saldo inicial</b>	<b>Veículos e máquinas</b>	<b>Móveis, utensílios e equipamentos</b>	<b>Total</b>				
Aquisições	648	101	750	-	1.500				
Alienações	(355)	-	(355)	-	(710)				
Baixa depreciação e alienação	85	-	85	-	170				
Depreciação	(376)	(33)	(409)	-	(815)				
<b>Saldo contábil, líquido</b>	<b>2.319</b>	<b>133</b>	<b>2.452</b>						
Em 31/12/25									
Custo	3.356	240	3.596						
Depreciação acumulada	(1.037)	(107)	(1.144)						
<b>Saldo contábil, líquido em 31/12/25</b>	<b>2.319</b>	<b>133</b>	<b>2.452</b>						
	<b>Controladora</b>								
	<b>Em 01/12/24</b>	<b>Saldo inicial</b>	<b>Veículos e máquinas</b>	<b>Móveis, utensílios e equipamentos</b>	<b>Total</b>				
Aquisições	1.807	103	1.910						
Alienações	1.256	36	1.292						
Baixa depreciação e alienação	-	-	-						
Transferências (ii)	-	-	-						
Depreciação	(356)	(18)	(374)						
<b>Saldo contábil, líquido</b>	<b>2.706</b>	<b>121</b>	<b>2.828</b>						
Em 31/12/24									
Custo	3.062	139	3.201						
Depreciação acumulada	(745)	(74)	(819)						
<b>Saldo contábil, líquido em 31/12/24</b>	<b>2.317</b>	<b>64</b>	<b>2.382</b>						
	<b>Consolidado</b>								
	<b>Terre- nos</b>	<b>Edifi- cações</b>	<b>Veículos e má- quinas</b>	<b>Móveis, utensílios e equi- pamentos</b>	<b>Direito em uso (i)</b>	<b>Obras em anda- mento</b>	<b>Total</b>		
<b>Em 01/01/24</b>	<b>52.473</b>	<b>108.937</b>	<b>182.831</b>	<b>8.505</b>	<b>55.263</b>	<b>100.197</b>	<b>508.504</b>		
Aquisições	62	113	6.875	1.074	1.353	83.663	93.140		
Alienações	-	-	(4.147)	(58)	-	(23)	(4.228)		
Baixa depreciação e alienação	-	61	1.023	51	-	1.135	-		
Transferências (ii)	12.545	(5.417)	27.373	1.048	-	(35.933)	(384)		
Depreciação	-	(7.784)	(20.805)	(1.547)	(2.754)	-	(32.890)		
Capitalização de juros (iii)	-	-	-	-	-	579	579		
Subvenções municipais	-	-	-	-	-	(5.440)	(5.440)		
Ajustes acumulados de conversão	10.293	5.370	4.917	425	17	8.546	29.568		
<b>Saldo contábil, líquido em 31/12/24</b>	<b>75.373</b>	<b>101.280</b>	<b>198.067</b>	<b>9.498</b>	<b>53.879</b>	<b>151.589</b>	<b>589.984</b>		
<b>Em 01/01/25</b>	<b>75.373</b>	<b>101.280</b>	<b>198.067</b>	<b>9.498</b>	<b>53.879</b>	<b>151.589</b>	<b>589.984</b>		
Aquisições	-	283	3.376	3.354	16.090	515.010	538.113		
Aquisição de controlada	17.930	50.321	62.952	1.486	-	3.238	135.927		
Valor justo do ativo imobilizado reconhecido na combinação de negócios	(15.595)	3.200	38.237	610	-	-	26.452		
Amortização valores justos de ativo imobilizado da combinação de negócios	-	(166)	(1.878)	(86)	-	-	(2.130)		
Alienações	-	(9.942)	(2.794)	(352)	(3.672)	(5)	(16.765)		
Baixa depreciação e alienação	-	885	1.792	103	2.356	-	5.136		
Transferências (ii)	-	5.044	9.231	757	-	(16.617)	(1.585)		
Depreciação	-	(11.711)	(28.056)	(2.542)	(3.363)	-	(45.673)		
Capitalização de juros (iii)	-	-	-	-	-	33.409	33.409		
Subvenções municipais	-	-	-	-	-	(11.763)	(11.763)		
Ajustes acumulados de conversão	700	(2.698)	(1.824)	(158)	(37)	(353)	(4.370)		
<b>Saldo contábil, líquido em 31/12/25</b>	<b>78.408</b>	<b>136.496</b>	<b>279.103</b>	<b>12.670</b>	<b>65.253</b>	<b>674.508</b>	<b>1.246.735</b>		
<b>(i)</b> O grupo de direito de uso trata-se de direito de uso dos contratos de arrendamento de hardwares, aeronave e locação de sala comercial. <b>(ii)</b> As transferências ocorrem da rubrica "Obras em andamento" para o respectivo grupo de imobilizados e intangíveis após a conclusão de que o bem está pronto para uso, e está no local e condições operacionais pretendidos pela Administração. <b>(iii)</b> A Companhia capitaliza os juros de empréstimos que são diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de ativo qualificável como parte do custo. A taxa de capitalização média ponderada no ano em 2024 foi de 13,89% a.a. Em 31/12/25, a taxa de capitalização média ponderada é de 15,21% a.a. O montante em obras em andamento apresentado no quadro acima, é formado substancialmente pelos investimentos que estão sendo realizados na construção da planta industrial de etanol de trigo e glúten vital, em Passo Fundo/RS, por meio da controlada indireta Be8 Exportação e Importação Ltda. O projeto tem previsão de conclusão e início das atividades produtivas ao final do ano de 2026. O Grupo avalia anualmente, no mínimo, a existência de indicadores de impairment ou de que a vida útil dos bens possa ter se alterado de forma relevante. Ao final dos exercícios findos em 31/12/25 e 2024, não foram identificados indicadores de impairment com relação aos ativos imobilizados, bem como não									
houve alteração na vida útil dos ativos, tanto na controladora como no consolidado. As taxas de depreciação são calculadas pelo método linear e são calculadas de acordo com a vida útil de cada bem. No quadro abaixo apresentamos a vida útil esperada por grupo de contas, para ambos os períodos apresentados:									
	<b>Controladora</b>								
	<b>31/12/25</b>	<b>31/12/24</b>							
Edificações	15 a 80 anos	-							
Veículos e máquinas	5 a 50 anos	-							
Móveis e utensílios e equipamentos	5 a 50 anos	-							
Direito de uso	5 a 25 anos	-							
<b>20. Intangível:</b>									
	<b>Controladora</b>								
	<b>31/12/25</b>	<b>31/12/24</b>							
<b>Saldo inicial em 01/01/25</b>	<b>626</b>	<b>62</b>	<b>688</b>						
Adições	-	-	-						
Baixas	-	-	-						
Alienação	-	-	-						
Transferências	-	-	-						
Amortização	(219)	-	(219)						
<b>Saldo contábil líquido em 31/12/25</b>	<b>407</b>	<b>62</b>	<b>469</b>						
Custo	1.401	1.163	2.564						
Amortização acumulada	(693)	-	(693)						
<b>Saldo contábil, líquido em 31/12/25</b>	<b>407</b>	<b>62</b>	<b>469</b>						
	<b>Controladora</b>								
	<b>31/12/25</b>	<b>31/12/24</b>							
<b>Saldo inicial em 01/01/24</b>	<b>795</b>	<b>62</b>	<b>857</b>						
Baixas	-	-	-						
Alienação	-	-	-						
Transferências	-	-	-						
Aquisição	50	-	50						
Amortização	(220)	-	(220)						
<b>Saldo contábil líquido em 31/12/24</b>	<b>626</b>	<b>62</b>	<b>688</b>						
Custo	1.101	62	1.163						
Amortização acumulada	(475)	-	(475)						
<b>Saldo contábil, líquido em 31/12/24</b>	<b>626</b>	<b>62</b>	<b>688</b>						
	<b>Consolidado</b>								
	<b>31/12/25</b>	<b>31/12/24</b>							
<b>Saldo inicial</b>	<b>63.501</b>	<b>4.711</b>	<b>1.093</b>	<b>13.196</b>	<b>3.528</b>	<b>86.029</b>			
Adições	-	2.252	-	-	9	2.261			
Transferências	-	1.585	-	-	-	1.585			
Ajuste a valor justo da carteira de clientes	-	-	-	(21.529)	-	(21.529)			
Aquisição controlada	120.015	598	-	94.489	-	215.109			
Amortização	-	(2.970)	-	-	-	(2.970)			
Ajustes acumulados de conversão	2.637	2	-	205	54	2.898			
<b>Saldo contábil líquido em 31/12/25</b>	<b>186.153</b>	<b>6.178</b>	<b>1.093</b>	<b>86.361</b>	<b>3.598</b>	<b>283.383</b>			
Custo	186.153	25.228	1.093	107.887	3.586	323.948			
Amortização acumulada	-	(19.036)	-	(21.529)	-	(40.565)			
<b>Saldo contábil, líquido em 31/12/25</b>	<b>186.153</b>	<b>6.192</b>	<b>1.093</b>	<b>86.358</b>	<b>3.586</b>	<b>283.383</b>			
	<b>Consolidado</b>								
	<b>31/12/25</b>	<b>31/12/24</b>							
<b>Saldo inicial</b>	<b>60.751</b>	<b>6.387</b>	<b>1.093</b>	<b>9.424</b>	<b>2.543</b>	<b>80.198</b>			
Aquisição	-	2	-	-	-	2			
Transferências	-	384	-	-	-	384			
Baixas	-	-	-	-	-	-			
Alienações	-	50	-	-	-	50			
Amortização	-	(2.112)	-	-	-	(2.112)			
Ajustes acumulados de conversão	2.750	-	-	3.770	985	7.507			
<b>Saldo contábil líquido em 31/12/24</b>	<b>63.501</b>	<b>4.711</b>	<b>1.093</b>	<b>13.196</b>	<b>3.528</b>	<b>86.029</b>			
Custo	63.501								

← continuação																																																																																																																																																									
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da ECB Holding S.A.																																																																																																																																																									
<p>A operação de fornecedores de soja a fixar refere-se a operações de compra de soja nas quais os fornecedores já entregaram o produto a Controlada Be8 S.A., porém ainda não definiram a data de fixação do preço e por consequência o valor final da operação. Desta forma, a obrigação de pagamento fica vinculada ao valor de mercado da commodity entregue até a data em que for fixado o preço, podendo ser realizado conforme períodos estipulados em contrato, sendo valorizadas ao valor justo. Os contratos de compras de soja a fixar firmados pela Controlada Be8 S.A. com seus fornecedores, em sua maioria, possuem o prazo limite de doze meses para os fornecedores realizarem a fixação. Desta forma, o passivo da referida operação é apresentado no passivo circulante. A Controlada Be8 S.A. implementa operações de risco sacado com seus fornecedores com o objetivo de proporcionar flexibilidade e liquidez aos fornecedores, ao mesmo tempo em que melhora o seu ciclo financeiro e a gestão do fluxo de caixa. Por meio da plataforma <i>Monkey</i>, os fornecedores participantes do programa, têm a oportunidade de antecipar seus recebíveis. A adesão às transações de antecipação de recebíveis por meio de risco sacado são de caráter opcional, conforme a escolha dos fornecedores. A efetivação das operações não implica em qualquer desembolso de encargos financeiros pela Companhia. O quadro abaixo demonstra os valores a pagar pela aquisição das controladas Be8 São Paulo na controladora Be8 S.A., que é condicionado a compensação de créditos tributários em cada ano calendário, bem como saldos a pagar pela aquisição da Biopar. Já no consolidado, além dos saldos já existentes na controladora, há uma parcela a pagar pela aquisição do complexo La Paloma, que são valores fixos pagos anualmente, no mês de fevereiro:</p>																																																																																																																																																									
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="2">Consolidado</th> </tr> <tr> <th></th> <th>31/12/25</th> <th>31/12/24</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Contas a pagar - aquisição Biopar</td> <td>224.721</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Contas a pagar - aquisição Be8 São Paulo</td> <td>-</td> <td>42</td> </tr> <tr> <td>Contas a pagar - aquisição Complexo Agroindustrial La Paloma</td> <td>5.785</td> <td>9.593</td> </tr> <tr> <td>Contas a pagar - aquisição Be8 Biodiesel</td> <td>85</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td><b>Saldo em 31/12/25</b></td> <td><b>230.591</b></td> <td><b>9.635</b></td> </tr> <tr> <td>Contas a pagar pela aquisição de controlada - Circulante</td> <td>10.751</td> <td>5.847</td> </tr> <tr> <td>Contas a pagar pela aquisição de controlada - Não Circulante</td> <td>219.840</td> <td>3.788</td> </tr> <tr> <td><b>Saldo em 31/12/24</b></td> <td><b>230.591</b></td> <td><b>9.635</b></td> </tr> </tbody> </table>											Consolidado			31/12/25	31/12/24	Contas a pagar - aquisição Biopar	224.721	-	Contas a pagar - aquisição Be8 São Paulo	-	42	Contas a pagar - aquisição Complexo Agroindustrial La Paloma	5.785	9.593	Contas a pagar - aquisição Be8 Biodiesel	85	-	<b>Saldo em 31/12/25</b>	<b>230.591</b>	<b>9.635</b>	Contas a pagar pela aquisição de controlada - Circulante	10.751	5.847	Contas a pagar pela aquisição de controlada - Não Circulante	219.840	3.788	<b>Saldo em 31/12/24</b>	<b>230.591</b>	<b>9.635</b>																																																																																																																		
	Consolidado																																																																																																																																																								
	31/12/25	31/12/24																																																																																																																																																							
Contas a pagar - aquisição Biopar	224.721	-																																																																																																																																																							
Contas a pagar - aquisição Be8 São Paulo	-	42																																																																																																																																																							
Contas a pagar - aquisição Complexo Agroindustrial La Paloma	5.785	9.593																																																																																																																																																							
Contas a pagar - aquisição Be8 Biodiesel	85	-																																																																																																																																																							
<b>Saldo em 31/12/25</b>	<b>230.591</b>	<b>9.635</b>																																																																																																																																																							
Contas a pagar pela aquisição de controlada - Circulante	10.751	5.847																																																																																																																																																							
Contas a pagar pela aquisição de controlada - Não Circulante	219.840	3.788																																																																																																																																																							
<b>Saldo em 31/12/24</b>	<b>230.591</b>	<b>9.635</b>																																																																																																																																																							
<p><b>23. Provisões para contingências: a. Riscos prováveis:</b> O Grupo reconheceu em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/25 e 24, provisões referentes aos processos trabalhistas, tributários e cíveis que, na avaliação da Companhia, assessorada de seus consultores jurídicos, se revestem de riscos prováveis. Os valores provisionados foram julgados pela Administração como suficientes para a cobertura dessas contingências. A seguir é apresentado quadro com a composição da rubrica:</p>																																																																																																																																																									
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Natureza</th> <th colspan="2">Consolidado</th> <th rowspan="2">Provisão de Depósitos Judiciais</th> <th rowspan="2">Provisão de contingências</th> <th rowspan="2">Provisão de Depósitos Judiciais</th> <th rowspan="2">Provisão de contingências</th> </tr> <tr> <th>Cíveis</th> <th>Trabalhistas</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><b>Saldo em 01/01/25</b></td> <td><b>192</b></td> <td><b>3.020</b></td> <td><b>1.212</b></td> <td><b>49</b></td> <td><b>-</b></td> <td><b>4.473</b></td> </tr> <tr> <td>Ingresso por aquisição de controlada</td> <td>-</td> <td>305</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>305</td> <td>(84)</td> </tr> <tr> <td>(+/-) Provisões/Reversões</td> <td>62</td> <td>(2.164)</td> <td>175</td> <td>(45)</td> <td>38</td> <td>(1.934)</td> </tr> <tr> <td>(-) Atualização</td> <td>-</td> <td>1.289</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>1.289</td> </tr> <tr> <td><b>Saldo em 31/12/25</b></td> <td><b>254</b></td> <td><b>2.450</b></td> <td><b>1.387</b></td> <td><b>4</b></td> <td><b>38</b></td> <td><b>4.133</b></td> </tr> </tbody> </table>										Natureza	Consolidado		Provisão de Depósitos Judiciais	Provisão de contingências	Provisão de Depósitos Judiciais	Provisão de contingências	Cíveis	Trabalhistas	<b>Saldo em 01/01/25</b>	<b>192</b>	<b>3.020</b>	<b>1.212</b>	<b>49</b>	<b>-</b>	<b>4.473</b>	Ingresso por aquisição de controlada	-	305	-	-	305	(84)	(+/-) Provisões/Reversões	62	(2.164)	175	(45)	38	(1.934)	(-) Atualização	-	1.289	-	-	-	1.289	<b>Saldo em 31/12/25</b>	<b>254</b>	<b>2.450</b>	<b>1.387</b>	<b>4</b>	<b>38</b>	<b>4.133</b>																																																																																																				
Natureza	Consolidado		Provisão de Depósitos Judiciais	Provisão de contingências	Provisão de Depósitos Judiciais	Provisão de contingências																																																																																																																																																			
	Cíveis	Trabalhistas																																																																																																																																																							
<b>Saldo em 01/01/25</b>	<b>192</b>	<b>3.020</b>	<b>1.212</b>	<b>49</b>	<b>-</b>	<b>4.473</b>																																																																																																																																																			
Ingresso por aquisição de controlada	-	305	-	-	305	(84)																																																																																																																																																			
(+/-) Provisões/Reversões	62	(2.164)	175	(45)	38	(1.934)																																																																																																																																																			
(-) Atualização	-	1.289	-	-	-	1.289																																																																																																																																																			
<b>Saldo em 31/12/25</b>	<b>254</b>	<b>2.450</b>	<b>1.387</b>	<b>4</b>	<b>38</b>	<b>4.133</b>																																																																																																																																																			
<p><b>24. Despesa de imposto de renda e contribuição social:</b> A seguir é apresentada a composição das principais adições e exclusões que afetam o cálculo dos impostos sobre o lucro.</p>																																																																																																																																																									
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="2">Controladora</th> <th colspan="2">Consolidado</th> </tr> <tr> <th></th> <th>31/12/25</th> <th>31/12/24</th> <th>31/12/25</th> <th>31/12/24</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><b>Resultado antes do IR e CS</b></td> <td><b>479.075</b></td> <td><b>468.592</b></td> <td><b>471.247</b></td> <td><b>399.653</b></td> </tr> <tr> <td>Alíquota fiscal combinada</td> <td>0,34</td> <td>0,34</td> <td>0,34</td> <td>0,34</td> </tr> <tr> <td><b>Despesa de tributos à alíquota nominal</b></td> <td><b>(162.886)</b></td> <td><b>(159.321)</b></td> <td><b>(326.549)</b></td> <td><b>(135.882)</b></td> </tr> <tr> <td>Multas</td> <td>-</td> <td>(2)</td> <td>(11)</td> <td>(11)</td> </tr> <tr> <td>Doações</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(692)</td> <td>(986)</td> </tr> <tr> <td>Prejuízo fiscal constituído do período corrente</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>11.659</td> <td>64.512</td> </tr> <tr> <td>Prejuízo fiscal no qual não foi constituído ativo fiscal diferido do ano corrente</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(76.905)</td> <td>(41.779)</td> </tr> <tr> <td>Incentivos fiscais - crédito presumido de ICMS</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>171.232</td> <td>141.866</td> </tr> <tr> <td>PAT e incentivos fiscais</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>325</td> </tr> <tr> <td>Venda de CBIOS</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>20.405</td> <td>7.009</td> </tr> <tr> <td>Outras exclusões (Adições)</td> <td>(792)</td> <td>(2.001)</td> <td>(13.775)</td> <td>(7.447)</td> </tr> <tr> <td>Incentivos de longo prazo - ILP</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(933)</td> <td>(3.932)</td> </tr> <tr> <td>Mais-valia decorrentes de eventos societários e incorporações</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(2.721)</td> <td>(2.654)</td> </tr> <tr> <td>Constituição (reversão) de IR/CS diferidos ativos</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>2.655</td> </tr> <tr> <td>Benefício Fiscal - Lei do Bem</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>7.150</td> <td>11.372</td> </tr> <tr> <td>Juros sobre capital próprio</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>4.080</td> <td>7.681</td> </tr> <tr> <td>Subvenções CBIOS</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>17.712</td> <td>26.185</td> </tr> <tr> <td>Custo Alienação imobilizado</td> <td>(12)</td> <td>-</td> <td>(12)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Diferença de tributação (empresas controladas)</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(1.774)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Incentivo sobre Lucro da Exploração</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>33.866</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Resultado de equivalência patrimonial</td> <td>163.666</td> <td>161.303</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td><b>Saldo em 31/12/25</b></td> <td><b>(24)</b></td> <td><b>(21)</b></td> <td><b>7.806</b></td> <td><b>68.914</b></td> </tr> <tr> <td>Imposto de renda e contribuição social - corrente</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(11.446)</td> <td>(4.179)</td> </tr> <tr> <td>Imposto de renda e contribuição social diferido</td> <td>(24)</td> <td>(21)</td> <td>19.252</td> <td>73.093</td> </tr> <tr> <td><b>Saldo em 31/12/24</b></td> <td><b>(24)</b></td> <td><b>(21)</b></td> <td><b>7.806</b></td> <td><b>68.914</b></td> </tr> </tbody> </table>											Controladora		Consolidado			31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	<b>Resultado antes do IR e CS</b>	<b>479.075</b>	<b>468.592</b>	<b>471.247</b>	<b>399.653</b>	Alíquota fiscal combinada	0,34	0,34	0,34	0,34	<b>Despesa de tributos à alíquota nominal</b>	<b>(162.886)</b>	<b>(159.321)</b>	<b>(326.549)</b>	<b>(135.882)</b>	Multas	-	(2)	(11)	(11)	Doações	-	-	(692)	(986)	Prejuízo fiscal constituído do período corrente	-	-	11.659	64.512	Prejuízo fiscal no qual não foi constituído ativo fiscal diferido do ano corrente	-	-	(76.905)	(41.779)	Incentivos fiscais - crédito presumido de ICMS	-	-	171.232	141.866	PAT e incentivos fiscais	-	-	-	325	Venda de CBIOS	-	-	20.405	7.009	Outras exclusões (Adições)	(792)	(2.001)	(13.775)	(7.447)	Incentivos de longo prazo - ILP	-	-	(933)	(3.932)	Mais-valia decorrentes de eventos societários e incorporações	-	-	(2.721)	(2.654)	Constituição (reversão) de IR/CS diferidos ativos	-	-	-	2.655	Benefício Fiscal - Lei do Bem	-	-	7.150	11.372	Juros sobre capital próprio	-	-	4.080	7.681	Subvenções CBIOS	-	-	17.712	26.185	Custo Alienação imobilizado	(12)	-	(12)	-	Diferença de tributação (empresas controladas)	-	-	(1.774)	-	Incentivo sobre Lucro da Exploração	-	-	33.866	-	Resultado de equivalência patrimonial	163.666	161.303	-	-	<b>Saldo em 31/12/25</b>	<b>(24)</b>	<b>(21)</b>	<b>7.806</b>	<b>68.914</b>	Imposto de renda e contribuição social - corrente	-	-	(11.446)	(4.179)	Imposto de renda e contribuição social diferido	(24)	(21)	19.252	73.093	<b>Saldo em 31/12/24</b>	<b>(24)</b>	<b>(21)</b>	<b>7.806</b>	<b>68.914</b>									
	Controladora		Consolidado																																																																																																																																																						
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24																																																																																																																																																					
<b>Resultado antes do IR e CS</b>	<b>479.075</b>	<b>468.592</b>	<b>471.247</b>	<b>399.653</b>																																																																																																																																																					
Alíquota fiscal combinada	0,34	0,34	0,34	0,34																																																																																																																																																					
<b>Despesa de tributos à alíquota nominal</b>	<b>(162.886)</b>	<b>(159.321)</b>	<b>(326.549)</b>	<b>(135.882)</b>																																																																																																																																																					
Multas	-	(2)	(11)	(11)																																																																																																																																																					
Doações	-	-	(692)	(986)																																																																																																																																																					
Prejuízo fiscal constituído do período corrente	-	-	11.659	64.512																																																																																																																																																					
Prejuízo fiscal no qual não foi constituído ativo fiscal diferido do ano corrente	-	-	(76.905)	(41.779)																																																																																																																																																					
Incentivos fiscais - crédito presumido de ICMS	-	-	171.232	141.866																																																																																																																																																					
PAT e incentivos fiscais	-	-	-	325																																																																																																																																																					
Venda de CBIOS	-	-	20.405	7.009																																																																																																																																																					
Outras exclusões (Adições)	(792)	(2.001)	(13.775)	(7.447)																																																																																																																																																					
Incentivos de longo prazo - ILP	-	-	(933)	(3.932)																																																																																																																																																					
Mais-valia decorrentes de eventos societários e incorporações	-	-	(2.721)	(2.654)																																																																																																																																																					
Constituição (reversão) de IR/CS diferidos ativos	-	-	-	2.655																																																																																																																																																					
Benefício Fiscal - Lei do Bem	-	-	7.150	11.372																																																																																																																																																					
Juros sobre capital próprio	-	-	4.080	7.681																																																																																																																																																					
Subvenções CBIOS	-	-	17.712	26.185																																																																																																																																																					
Custo Alienação imobilizado	(12)	-	(12)	-																																																																																																																																																					
Diferença de tributação (empresas controladas)	-	-	(1.774)	-																																																																																																																																																					
Incentivo sobre Lucro da Exploração	-	-	33.866	-																																																																																																																																																					
Resultado de equivalência patrimonial	163.666	161.303	-	-																																																																																																																																																					
<b>Saldo em 31/12/25</b>	<b>(24)</b>	<b>(21)</b>	<b>7.806</b>	<b>68.914</b>																																																																																																																																																					
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-	-	(11.446)	(4.179)																																																																																																																																																					
Imposto de renda e contribuição social diferido	(24)	(21)	19.252	73.093																																																																																																																																																					
<b>Saldo em 31/12/24</b>	<b>(24)</b>	<b>(21)</b>	<b>7.806</b>	<b>68.914</b>																																																																																																																																																					
<p><b>25. Imposto de renda e contribuição social diferidos: a. Composição e movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos:</b> Os saldos e a movimentação de IRPJ e CSLL diferidos líquidos apresentam-se como segue:</p>																																																																																																																																																									
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Natureza</th> <th colspan="2">Consolidado</th> <th colspan="2">Saldo em 31/12/25</th> </tr> <tr> <th>Saldo líquido em 13/01/25</th> <th>Reconhecido no período (i) resultado</th> <th>Valor líquido</th> <th>Passivo fiscal diferido</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><b>Saldo em 13/01/25</b></td> <td><b>94.210</b></td> <td><b>58.318</b></td> <td><b>(4.095)</b></td> <td><b>-</b></td> </tr> <tr> <td>Prejuízos fiscais</td> <td>94.210</td> <td>58.318</td> <td>(4.095)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Provisão para contingências</td> <td>1.521</td> <td>110</td> <td>(236)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Valor justo de propriedades para investimento</td> <td>(4.018)</td> <td>-</td> <td>1.293</td> <td>(2.725)</td> </tr> <tr> <td>Ajuste ao valor realizável líquido dos estoques</td> <td>9.479</td> <td>127</td> <td>(500)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Impairment de ativos financeiros e não financeiros</td> <td>971</td> <td>949</td> <td>-</td> <td>1.920</td> </tr> <tr> <td>Direito de uso de ativos</td> <td>(8.834)</td> <td>-</td> <td>(3.605)</td> <td>(12.439)</td> </tr> <tr> <td>Reavaliação imobilizado CPC 01 - custo atribuído (ii)</td> <td>(2.422)</td> <td>(16.522)</td> <td>1.307</td> <td>195</td> </tr> <tr> <td>Depreciação diferença de vida útil</td> <td>(5.248)</td> <td>-</td> <td>722</td> <td>(4.526)</td> </tr> <tr> <td>Mais-valia - filial de Marialva</td> <td>(464)</td> <td>-</td> <td>64</td> <td>(400)</td> </tr> <tr> <td>Mais-valia ativos imobilizados - incorporação (i)</td> <td>40.995</td> <td>-</td> <td>(2.721)</td> <td>38.274</td> </tr> <tr> <td>Depreciação acelerada e dif vida útil</td> <td>(26.486)</td> <td>-</td> <td>5.619</td> <td>(20.867)</td> </tr> <tr> <td>Compra vantajosa - incorporação (i)</td> <td>(5.325)</td> <td>-</td> <td>1.600</td> <td>(3.725)</td> </tr> <tr> <td>Hedge accounting - outros resultados abrangentes</td> <td>7.545</td> <td>-</td> <td>(8.926)</td> <td>(1.381)</td> </tr> <tr> <td>Goodwill</td> <td>(5.529)</td> <td>-</td> <td>(5.529)</td> <td>(5.529)</td> </tr> <tr> <td>Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros derivativos</td> <td>(3.300)</td> <td>(206)</td> <td>6.770</td> <td>3.264</td> </tr> <tr> <td>IRPJ e CSLL contingências PPA RP Bio</td> <td>(40.410)</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(40.410)</td> </tr> <tr> <td>CBIOS - Subvenção e realização pela venda</td> <td>(1)</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(1)</td> </tr> <tr> <td>Ganho de capital - alienação de investimentos</td> <td>(739)</td> <td>-</td> <td>49</td> <td>(690)</td> </tr> <tr> <td>Provisão para perdas com adiantamentos</td> <td>10.822</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>10.822</td> </tr> <tr> <td>Provisão PLR e Energizar</td> <td>-</td> <td>4.541</td> <td>-</td> <td>4.541</td> </tr> <tr> <td>Soja a fixar</td> <td>-</td> <td>81</td> <td>-</td> <td>81</td> </tr> <tr> <td>Amortização valor justo de estoques - combinação de negócios</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>1.397</td> <td>1.397</td> </tr> <tr> <td>Amortização valor justo de imobilizado - combinação de negócios</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>6.242</td> <td>6.242</td> </tr> <tr> <td>Amortização valor justo de intangível - combinação de negócios</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>724</td> <td>724</td> </tr> <tr> <td><b>Total</b></td> <td><b>62.767</b></td> <td><b>42.776</b></td> <td><b>19.252</b></td> <td><b>(8.731)</b></td> </tr> <tr> <td><b>Ativo (passivo) diferido, líquido</b></td> <td><b>120.603</b></td> <td><b>(4.539)</b></td> <td><b>-</b></td> <td><b>-</b></td> </tr> </tbody> </table>										Natureza	Consolidado		Saldo em 31/12/25		Saldo líquido em 13/01/25	Reconhecido no período (i) resultado	Valor líquido	Passivo fiscal diferido	<b>Saldo em 13/01/25</b>	<b>94.210</b>	<b>58.318</b>	<b>(4.095)</b>	<b>-</b>	Prejuízos fiscais	94.210	58.318	(4.095)	-	Provisão para contingências	1.521	110	(236)	-	Valor justo de propriedades para investimento	(4.018)	-	1.293	(2.725)	Ajuste ao valor realizável líquido dos estoques	9.479	127	(500)	-	Impairment de ativos financeiros e não financeiros	971	949	-	1.920	Direito de uso de ativos	(8.834)	-	(3.605)	(12.439)	Reavaliação imobilizado CPC 01 - custo atribuído (ii)	(2.422)	(16.522)	1.307	195	Depreciação diferença de vida útil	(5.248)	-	722	(4.526)	Mais-valia - filial de Marialva	(464)	-	64	(400)	Mais-valia ativos imobilizados - incorporação (i)	40.995	-	(2.721)	38.274	Depreciação acelerada e dif vida útil	(26.486)	-	5.619	(20.867)	Compra vantajosa - incorporação (i)	(5.325)	-	1.600	(3.725)	Hedge accounting - outros resultados abrangentes	7.545	-	(8.926)	(1.381)	Goodwill	(5.529)	-	(5.529)	(5.529)	Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros derivativos	(3.300)	(206)	6.770	3.264	IRPJ e CSLL contingências PPA RP Bio	(40.410)	-	-	(40.410)	CBIOS - Subvenção e realização pela venda	(1)	-	-	(1)	Ganho de capital - alienação de investimentos	(739)	-	49	(690)	Provisão para perdas com adiantamentos	10.822	-	-	10.822	Provisão PLR e Energizar	-	4.541	-	4.541	Soja a fixar	-	81	-	81	Amortização valor justo de estoques - combinação de negócios	-	-	1.397	1.397	Amortização valor justo de imobilizado - combinação de negócios	-	-	6.242	6.242	Amortização valor justo de intangível - combinação de negócios	-	-	724	724	<b>Total</b>	<b>62.767</b>	<b>42.776</b>	<b>19.252</b>	<b>(8.731)</b>	<b>Ativo (passivo) diferido, líquido</b>	<b>120.603</b>	<b>(4.539)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Natureza	Consolidado		Saldo em 31/12/25																																																																																																																																																						
	Saldo líquido em 13/01/25	Reconhecido no período (i) resultado	Valor líquido	Passivo fiscal diferido																																																																																																																																																					
<b>Saldo em 13/01/25</b>	<b>94.210</b>	<b>58.318</b>	<b>(4.095)</b>	<b>-</b>																																																																																																																																																					
Prejuízos fiscais	94.210	58.318	(4.095)	-																																																																																																																																																					
Provisão para contingências	1.521	110	(236)	-																																																																																																																																																					
Valor justo de propriedades para investimento	(4.018)	-	1.293	(2.725)																																																																																																																																																					
Ajuste ao valor realizável líquido dos estoques	9.479	127	(500)	-																																																																																																																																																					
Impairment de ativos financeiros e não financeiros	971	949	-	1.920																																																																																																																																																					
Direito de uso de ativos	(8.834)	-	(3.605)	(12.439)																																																																																																																																																					
Reavaliação imobilizado CPC 01 - custo atribuído (ii)	(2.422)	(16.522)	1.307	195																																																																																																																																																					
Depreciação diferença de vida útil	(5.248)	-	722	(4.526)																																																																																																																																																					
Mais-valia - filial de Marialva	(464)	-	64	(400)																																																																																																																																																					
Mais-valia ativos imobilizados - incorporação (i)	40.995	-	(2.721)	38.274																																																																																																																																																					
Depreciação acelerada e dif vida útil	(26.486)	-	5.619	(20.867)																																																																																																																																																					
Compra vantajosa - incorporação (i)	(5.325)	-	1.600	(3.725)																																																																																																																																																					
Hedge accounting - outros resultados abrangentes	7.545	-	(8.926)	(1.381)																																																																																																																																																					
Goodwill	(5.529)	-	(5.529)	(5.529)																																																																																																																																																					
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros derivativos	(3.300)	(206)	6.770	3.264																																																																																																																																																					
IRPJ e CSLL contingências PPA RP Bio	(40.410)	-	-	(40.410)																																																																																																																																																					
CBIOS - Subvenção e realização pela venda	(1)	-	-	(1)																																																																																																																																																					
Ganho de capital - alienação de investimentos	(739)	-	49	(690)																																																																																																																																																					
Provisão para perdas com adiantamentos	10.822	-	-	10.822																																																																																																																																																					
Provisão PLR e Energizar	-	4.541	-	4.541																																																																																																																																																					
Soja a fixar	-	81	-	81																																																																																																																																																					
Amortização valor justo de estoques - combinação de negócios	-	-	1.397	1.397																																																																																																																																																					
Amortização valor justo de imobilizado - combinação de negócios	-	-	6.242	6.242																																																																																																																																																					
Amortização valor justo de intangível - combinação de negócios	-	-	724	724																																																																																																																																																					
<b>Total</b>	<b>62.767</b>	<b>42.776</b>	<b>19.252</b>	<b>(8.731)</b>																																																																																																																																																					
<b>Ativo (passivo) diferido, líquido</b>	<b>120.603</b>	<b>(4.539)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>																																																																																																																																																					
<p>(i) Saldos existentes nas adquiridas em 13/01/25.</p>																																																																																																																																																									
<p><b>26. Patrimônio líquido: a. Capital social e direito das ações:</b> Em 18/12/25, por meio de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, o acionista aprovou o aumento do capital social da Companhia no montante total de R\$ 397.805 (trezentos e noventa e sete mil, oitocentos e cinco mil reais). O aumento foi realizado mediante as seguintes destinações: • R\$ 390.505 (trezentos e noventa mil, quinhentos e cinco mil reais), mediante capitalização de parte das Reservas de Lucros acumuladas e parcela dos lucros do exercício corrente, conforme faculta o artigo 200 da Lei nº 6.404/1976. • R\$ 7.300 (sete mil e trezentos mil reais), correspondentes à capitalização parcial de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC, do montante total de R\$ 8.600 (oito mil e seiscentos mil reais) aportado pelo acionista controlador no exercício sendo que o saldo de R\$ 1.300 (um milhão e trezentos mil reais) registrado no patrimônio líquido como AFAC para futura capitalização. A operação teve como objetivos principais fortalecer a estrutura de capital da Companhia, aumentar sua capacidade de investimentos e manter níveis adequados de alavancagem financeira, considerando a expansão operacional do Grupo. Após o referido aumento, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, passou a totalizar R\$ 524.825 (quinhentos e vinte e quatro mil, oitocentos e vinte e cinco mil reais) em 31/12/25, (R\$ 127.020 em 2024). O capital social é composto por 524.825 mil cotas, todas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, pertencentes integralmente ao acionista controlador. <b>b. Reservas de lucros:</b> <i>b.1 Reserva legal:</i> A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social, conforme previsto em estatuto e em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404-76. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. A Companhia destinou, em dezembro de 2025, a reserva legal montante equivalente a R\$ 23.953 (R\$ 9.433 em 31/12/24), totalizando R\$ 49.357. <i>b.2 Reserva de retenção de lucros:</i> Durante o exercício findo em 31/12/25, o saldo existente da reserva de lucros, somado ao lucro do exercício, foi destinado à constituição da reserva legal, ao pagamento e provisionamento de dividendos e ao aumento do capital social, em conformidade com o Estatuto Social e com a legislação societária vigente. Em 18/12/25, foi aprovada, por unanimidade, a distribuição de dividendos sobre a conta de reserva de lucros de exercícios anteriores no montante total de R\$ 450.000 (quatrocentos e cinquenta mil reais) de reais). O pagamento dos dividendos ora deliberados será realizado conforme cronograma a seguir: i) Ano de 2026: quatro parcelas de R\$ 37.500 cada, nos meses de março, junho, setembro e dezembro, totalizando R\$ 150.000; ii) Ano de 2027: quatro parcelas de R\$ 37.500 cada, nos meses de março, junho, setembro e dezembro, totalizando R\$ 150.000; iii) Ano de 2028: quatro parcelas de R\$ 37.500 cada, nos meses de março, junho, setembro e dezembro, totalizando R\$ 150.000. Na mesma reunião, também foi aprovada a absorção de parte do resultado do exercício, no montante de R\$ 9.857 (nove mil, oitocentos e cinquenta e sete mil reais), mediante utilização da reserva de lucros, conforme autorizado pelo Estatuto Social. Ainda na Assembleia de 18/12/25, deliberou-se, por unanimidade, o aumento do capital social no montante total de R\$ 397.805 (trezentos e noventa e sete mil, oitocentos e cinco mil reais). Desse valor, R\$ 390.505 (trezentos e noventa mil, quinhentos e cinco mil reais) foram capitalizados a partir da reserva de lucros de exercícios anteriores, complementados por parte dos lucros gerados no exercício corrente. Como consequência das destinações descritas, o saldo da reserva de retenção de lucros em 31/12/25 totalizou R\$ 75.812 (R\$ 598.323 em 2024). Durante o exercício de 2025, a Companhia deliberou a distribuição de dividendos no montante total de R\$ 565.248, dos quais R\$ 115.248 foram efetivamente distribuídos ao acionista no exercício (R\$ 80.300 em 2024), permanecendo o saldo de R\$ 450.000 registrado como dividendos a pagar. Adicionalmente, foram distribuídos juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 12.001. No exercício de 2025, foram pagos juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 7.451, referentes a valores provisionados no balanço patrimonial de 31/12/24. <b>c. Dividendos mínimos obrigatórios:</b> Ao acionista é assegurado, anualmente, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado. Abaixo segue o montante distribuído e pago no exercício findo em 31/12/25 e 31/12/24:</p>																																																																																																																																																									
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2025</th> <th>2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><b>Lucro líquido do exercício (Controladora)</b></td> <td><b>479.051</b></td> <td><b>468.571</b></td> </tr> <tr> <td>Reserva legal (5%)</td> <td>(23.953)</td> <td>(9.433)</td> </tr> <tr> <td>Base de cálculo para dividendos</td> <td>455.098</td> <td>459.138</td> </tr> <tr> <td>Dividendos mínimos obrigatórios (25%)</td> <td>113.775</td> <td>114.785</td> </tr> <tr> <td>Dividendos declarados do saldo da reserva de retenção de lucros</td> <td>450.000</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Total de dividendos propostos pela Administração</td> <td>563.775</td> <td>80.300</td> </tr> <tr> <td>Dividendos declarados e pagos no exercício</td> <td>115.248</td> <td>80.300</td> </tr> <tr> <td>Dividendos declarados em anos anteriores e pagos no exercício</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Total de dividendos pagos no exercício</td> <td>115.248</td> <td>80.300</td> </tr> </tbody> </table>											2025	2024	<b>Lucro líquido do exercício (Controladora)</b>	<b>479.051</b>	<b>468.571</b>	Reserva legal (5%)	(23.953)	(9.433)	Base de cálculo para dividendos	455.098	459.138	Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	113.775	114.785	Dividendos declarados do saldo da reserva de retenção de lucros	450.000	-	Total de dividendos propostos pela Administração	563.775	80.300	Dividendos declarados e pagos no exercício	115.248	80.300	Dividendos declarados em anos anteriores e pagos no exercício	-	-	Total de dividendos pagos no exercício	115.248	80.300																																																																																																																		
	2025	2024																																																																																																																																																							
<b>Lucro líquido do exercício (Controladora)</b>	<b>479.051</b>	<b>468.571</b>																																																																																																																																																							
Reserva legal (5%)	(23.953)	(9.433)																																																																																																																																																							
Base de cálculo para dividendos	455.098	459.138																																																																																																																																																							
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	113.775	114.785																																																																																																																																																							
Dividendos declarados do saldo da reserva de retenção de lucros	450.000	-																																																																																																																																																							
Total de dividendos propostos pela Administração	563.775	80.300																																																																																																																																																							
Dividendos declarados e pagos no exercício	115.248	80.300																																																																																																																																																							
Dividendos declarados em anos anteriores e pagos no exercício	-	-																																																																																																																																																							
Total de dividendos pagos no exercício	115.248	80.300																																																																																																																																																							
<p>Durante o exercício de 2025 a Controladora distribuiu juros sobre capital próprio o montante conforme demonstrado no quadro abaixo:</p>																																																																																																																																																									
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2025</th> <th>2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Valor Bruto</td> <td>12.001</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>IRRF</td> <td>(1.800)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td><b>Valor Líquido</b></td> <td><b>10.201</b></td> <td><b>-</b></td> </tr> </tbody> </table>											2025	2024	Valor Bruto	12.001	-	IRRF	(1.800)	-	<b>Valor Líquido</b>	<b>10.201</b>	<b>-</b>																																																																																																																																				
	2025	2024																																																																																																																																																							
Valor Bruto	12.001	-																																																																																																																																																							
IRRF	(1.800)	-																																																																																																																																																							
<b>Valor Líquido</b>	<b>10.201</b>	<b>-</b>																																																																																																																																																							
<p><b>d. Lucro por ação básico e diluído:</b> O resultado por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos patrimoniais potenciais diluidores que devam ser incluídos no cálculo do lucro por ação diluído. Desta forma, não há diferenças entre o lucro básico por ação e lucro diluído por ação.</p>																																																																																																																																																									
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="2">Controladora</th> <th colspan="2">Consolidado</th> </tr> <tr> <th></th> <th>31/12/25</th> <th>31/12/24</th> <th>31/12/25</th> <th>31/12/24</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><b>Lucro líquido do período</b></td> <td><b>479.051</b></td> <td><b>468.571</b></td> <td><b>479.051</b></td> <td><b>468.571</b></td> </tr> <tr> <td>Quantidade de ações (em milhares)</td> <td>524.826</td> <td>127.020</td> <td>524.826</td> <td>127.020</td> </tr> <tr> <td><b>Lucro por ação (em milhares)</b></td> <td><b>0,91</b></td> <td><b>3,69</b></td> <td><b>0,91</b></td> <td><b>3,69</b></td> </tr> </tbody> </table>											Controladora		Consolidado			31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	<b>Lucro líquido do período</b>	<b>479.051</b>	<b>468.571</b>	<b>479.051</b>	<b>468.571</b>	Quantidade de ações (em milhares)	524.826	127.020	524.826	127.020	<b>Lucro por ação (em milhares)</b>	<b>0,91</b>	<b>3,69</b>	<b>0,91</b>	<b>3,69</b>																																																																																																																							
	Controladora		Consolidado																																																																																																																																																						
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24																																																																																																																																																					
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>479.051</b>	<b>468.571</b>	<b>479.051</b>	<b>468.571</b>																																																																																																																																																					
Quantidade de ações (em milhares)	524.826	127.020	524.826	127.020																																																																																																																																																					
<b>Lucro por ação (em milhares)</b>	<b>0,91</b>	<b>3,69</b>	<b>0,91</b>	<b>3,69</b>																																																																																																																																																					
<p><b>27. Receita líquida de vendas:</b> O Grupo obtém suas receitas principalmente na venda de produção própria, operações de compra e venda de mercadorias, e na prestação de serviço de ensino, classificando conforme o quadro abaixo:</p>																																																																																																																																																									
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="2">Consolidado</th> </tr> <tr> <th></th> <th>31/12/25</th> <th>31/12/24</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Venda de produtos</td> <td>9.961.708</td> <td>7.311.863</td> </tr> <tr> <td>Reversa de mercadorias</td> <td>1.311.342</td> <td>935.946</td> </tr> <tr> <td>Prestação de serviços</td> <td>17.802</td> <td>13.596</td> </tr> <tr> <td>Deduções de vendas</td> <td>(1.270.392)</td> <td>(914.254)</td> </tr> <tr> <td><b>10.020.461</b></td> <td><b>7.347.151</b></td> <td><b>-</b></td> </tr> </tbody> </table>											Consolidado			31/12/25	31/12/24	Venda de produtos	9.961.708	7.311.863	Reversa de mercadorias	1.311.342	935.946	Prestação de serviços	17.802	13.596	Deduções de vendas	(1.270.392)	(914.254)	<b>10.020.461</b>	<b>7.347.151</b>	<b>-</b>																																																																																																																											
	Consolidado																																																																																																																																																								
	31/12/25	31/12/24																																																																																																																																																							
Venda de produtos	9.961.708	7.311.863																																																																																																																																																							
Reversa de mercadorias	1.311.342	935.946																																																																																																																																																							
Prestação de serviços	17.802	13.596																																																																																																																																																							
Deduções de vendas	(1.270.392)	(914.254)																																																																																																																																																							
<b>10.020.461</b>	<b>7.347.151</b>	<b>-</b>																																																																																																																																																							
<p>Abaixo está apresentada a receita líquida de vendas no mercado interno e no mercado externo:</p>																																																																																																																																																									
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="2">Consolidado</th> </tr> <tr> <th></th> <th>31/12/25</th> <th>31/12/24</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Receita líquida de vendas para o mercado interno</td> <td>8.804.092</td> <td>6.247.226</td> </tr> <tr> <td>Receita líquida de vendas para o mercado externo</td> <td>1.216.369</td> <td>1.099.925</td> </tr> <tr> <td><b>10.020.461</b></td> <td><b>7.347.151</b></td> <td><b>-</b></td> </tr> </tbody> </table>											Consolidado			31/12/25	31/12/24	Receita líquida de vendas para o mercado interno	8.804.092	6.247.226	Receita líquida de vendas para o mercado externo	1.216.369	1.099.925	<b>10.020.461</b>	<b>7.347.151</b>	<b>-</b>																																																																																																																																	
	Consolidado																																																																																																																																																								
	31/12/25	31/12/24																																																																																																																																																							
Receita líquida de vendas para o mercado interno	8.804.092	6.247.226																																																																																																																																																							
Receita líquida de vendas para o mercado externo	1.216.369	1.099.925																																																																																																																																																							
<b>10.020.461</b>	<b>7.347.151</b>	<b>-</b>																																																																																																																																																							
<p>A rubrica deduções de vendas possui a seguinte composição:</p>																																																																																																																																																									
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="2">Consolidado</th> </tr> <tr> <th></th> <th>31/12/25</th> <th>31/12/24</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Impostos sobre vendas (i)</td> <td>(1.210.404)</td> <td>(829.076)</td> </tr> <tr> <td>Ajuste a valor presente</td> <td>(27.001)</td> <td>(28.840)</td> </tr> <tr> <td>Abatimentos, descontos e devoluções e comissões</td> <td>(32.986)</td> <td>(56.338)</td> </tr> <tr> <td><b>(1.270.392)</b></td> <td><b>(914.254)</b></td> <td><b>-</b></td> </tr> </tbody> </table>											Consolidado			31/12/25	31/12/24	Impostos sobre vendas (i)	(1.210.404)	(829.076)	Ajuste a valor presente	(27.001)	(28.840)	Abatimentos, descontos e devoluções e comissões	(32.986)	(56.338)	<b>(1.270.392)</b>	<b>(914.254)</b>	<b>-</b>																																																																																																																														
	Consolidado																																																																																																																																																								
	31/12/25	31/12/24																																																																																																																																																							
Impostos sobre vendas (i)	(1.210.404)	(829.076)																																																																																																																																																							
Ajuste a valor presente	(27.001)	(28.840)																																																																																																																																																							
Abatimentos, descontos e devoluções e comissões	(32.986)	(56.338)																																																																																																																																																							
<b>(1.270.392)</b>	<b>(914.254)</b>	<b>-</b>																																																																																																																																																							
<p>(i) A partir de 01/05/23, as operações de venda de Biodiesel passaram a ser regidas pelo Convênio 199/2022, o qual estabeleceu que o ICMS é tributado na modalidade monofásica e uniforme em todos os estados. A Companhia passou a adotar o convênio no referido período, onde o ICMS é tributado à R\$ 0,9456 o litro e diferido parcialmente em 33,33%. A partir de 02/2024 a tributação passou de R\$ 0,9456 para R\$ 1,0635 sendo mantido até 02/25 onde foi alterado novamente para R\$ 1,12. A partir de 01/01/2026, a tributação passou a ser de R\$ 1,17 por litro. Abaixo apresentamos a receita líquida desagregada por seus principais produtos:</p>																																																																																																																																																									
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="2">Consolidado</th> </tr> <tr> <th></th> <th>31/12/25</th> <th>31/12/24</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Biodiesel</td> <td>7.291.443</td> <td>4.540.111</td> </tr> <tr> <td>Be8 Bevant®</td> <td>1.907</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Farelo de soja</td> <td>1.610.480</td> <td>1.922.529</td> </tr> <tr> <td>Óleo de soja degomado</td> <td>8.030</td> <td>35.623</td> </tr> <tr> <td>Grão de soja</td> <td>22.387</td> <td>207.795</td> </tr> <tr> <td>Glicerina</td> <td>719.512</td> <td>296.371</td> </tr> <tr> <td>Cbiros</td> <td>46.556</td> <td>12.215</td> </tr> <tr> <td>Serviços prestados</td> <td>14.397</td> <td>9.735</td> </tr> <tr> <td>Outros produtos</td> <td>305.749</td> <td>322.772</td> </tr> <tr> <td><b>10.020.461</b></td> <td><b>7.347.151</b></td> <td><b>-</b></td> </tr> </tbody> </table>											Consolidado			31/12/25	31/12/24	Biodiesel	7.291.443	4.540.111	Be8 Bevant®	1.907	-	Farelo de soja	1.610.480	1.922.529	Óleo de soja degomado	8.030	35.623	Grão de soja	22.387	207.795	Glicerina	719.512	296.371	Cbiros	46.556	12.215	Serviços prestados	14.397	9.735	Outros produtos	305.749	322.772	<b>10.020.461</b>	<b>7.347.151</b>	<b>-</b>																																																																																																												
	Consolidado																																																																																																																																																								
	31/12/25	31/12/24																																																																																																																																																							
Biodiesel	7.291.443	4.540.111																																																																																																																																																							
Be8 Bevant®	1.907	-																																																																																																																																																							
Farelo de soja	1.610.480	1.922.529																																																																																																																																																							
Óleo de soja degomado	8.030	35.623																																																																																																																																																							
Grão de soja	22.387	207.795																																																																																																																																																							
Glicerina	719.512	296.371																																																																																																																																																							
Cbiros	46.556	12.215																																																																																																																																																							
Serviços prestados	14.397	9.735																																																																																																																																																							
Outros produtos	305.749	322.772																																																																																																																																																							
<b>10.020.461</b>	<b>7.347.151</b>	<b>-</b>																																																																																																																																																							
<p>continua →</p>																																																																																																																																																									

**→ continuação**

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da ECB Holding S.A.**

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas:

Tipo de produto/serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
<b>Biodiesel</b>	As vendas de biodiesel são efetuadas diretamente para as distribuidoras, em mercado livre. As distribuidoras obtêm o controle do produto quando os produtos são retirados das dependências da Companhia ou quando a entrega dos produtos nas dependências do cliente, conforme negociação entre as partes. Eles devem ser pagas, normalmente, em um prazo médio de 15 dias. Nenhum desconto é concedido.	A receita é reconhecida em um momento específico no tempo, sendo este quando os produtos são retirados pelo cliente nas instalações da Companhia ou quando da sua entrega nas dependências do cliente. A cada final de período, a Companhia avalia a necessidade de qualquer ajuste nas receitas reconhecidas em função de ainda não ter sido satisfeita a obrigação de desempenho. Usualmente, não há devoluções de biodiesel.
<b>Farelo de soja, óleo de soja degomado, glicerina e outros produtos</b>	A Companhia determinou que, para os produtos relativos à extração (farelo de soja e outros), o cliente obtém controle dos produtos vendidos quando os mesmos são entregues nas dependências do cliente, exceto quando há alguma negociação específica, como em casos de venda para o mercado externo. Os prazos médios para ocorrer a entrega são em torno de 2 (dois) a 5 (cinco) dias. Desta forma, a receita de vendas é reconhecida no momento da emissão da nota fiscal de venda e pode não coincidir com o momento de entrega ou embarque dos produtos.	A receita de vendas é reconhecida em um momento específico no tempo, sendo tal momento a entrega do produto ao cliente ou o embarque da mercadoria, em casos de vendas para o mercado externo. A cada final de período, a Companhia avalia a necessidade de qualquer ajuste nas receitas reconhecidas em função de ainda não ter sido satisfeita a obrigação de desempenho. O valor da receita reconhecida é também estornado para as devoluções eventualmente ocorridas.
<b>Revenda - grão de soja, glicerina, farelo de soja, etanol, biodiesel, trigo e óleo degomado</b>	A Companhia determinou que, para os produtos relativos à operação de trading (revenda de commodities e outros), o cliente obtém controle da mercadoria quando os produtos são entregues nas dependências do cliente, exceto quando há alguma negociação específica, como em casos de venda para o mercado externo, sendo neste último caso o controle obtido no embarque da mercadoria. Os prazos médios para ocorrer a entrega no mercado interno são de em torno de 2 (dois) dias, podendo variar de acordo com a negociação.	A receita de vendas é reconhecida em um momento específico no tempo, sendo tal momento a entrega do produto ao cliente ou o embarque da mercadoria, em casos de vendas para o mercado externo. O valor da receita reconhecida é estornado para as devoluções eventualmente ocorridas. A cada final de período a Companhia avalia a necessidade de qualquer ajuste nas receitas reconhecidas em função de ainda não ter sido satisfeita a obrigação de desempenho.
<b>CBIOS</b>	A Companhia determinou que os CBIOS serão reconhecidos como receita à medida que são comercializados através de bancos escrituradores. O prazo de recebimento é D+1 após a efetiva comercialização.	A receita de vendas é reconhecida em um momento específico no tempo, sendo tal momento a emissão de fatura de venda dos créditos de descarbonização. A cada final de período a Companhia avalia a necessidade de qualquer ajuste nas receitas reconhecidas em função de ainda não ter sido satisfeita a obrigação de desempenho.
<b>Pretação de serviços educacionais</b>	A receita de venda é composta substancialmente por mensalidades escolares referentes à prestação de serviços educacionais nos níveis de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.	A receita é reconhecida de forma linear ao longo do período letivo, líquida de impostos incidentes, à medida que os serviços educacionais são prestados aos alunos, em conformidade com o CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes.

**28. Despesas por natureza:** As despesas e custos estão agrupados por natureza conforme abaixo:

	Controladora	Consolidado
	31/12/25	31/12/24
Depreciação e amortização	(387)	(593)
Pessoal e encargos sociais	(3.878)	(5.588)
Matérias-primas/produtos adquiridos/custos serviços	(1.547)	(2.162)
Instrumentos derivativos CBOT liquidação (ii)	-	(122.130)
Instrumentos derivativos NDF liquidação (iv)	-	61.473
Serviços contratados, fretes, alugueis e encargos gerais	(5.059)	(1.357)
Fretes sobre vendas	-	(176.414)
Gastos com bens permanentes	-	(37.118)
Impostos e taxas	(1.250)	(2.167)
Outras despesas administrativas	-	(372)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	57	(728)
Outras naturezas	-	(83.479)
	<b>(10.517)</b>	<b>(6.764)</b>
	<b>(9.290.189)</b>	<b>(6.725.647)</b>

As despesas e custos estão agrupados por função conforme abaixo:

	Controladora	Consolidado
	31/12/25	31/12/24
Custo dos produtos e serviços vendidos (i)	-	(8.681.340)
Despesas com vendas	-	(202.747)
Gerais e administrativas	(9.782)	(6.036)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas (iii)	(735)	(728)
	<b>(10.517)</b>	<b>(9.290.189)</b>
	<b>(6.764)</b>	<b>(6.725.647)</b>

(i) Créditos presumidos de PIS e COFINS, de acordo com a Lei 12.865/13 além de créditos provenientes do PRONAF conforme Lei 11.116/05 e Decreto 5.297/04, juntamente com os créditos fiscais de ICMS, conforme Decreto nº 57.076/23 e 47.634/10 do Estado do Rio Grande do Sul, Decreto nº 2.273/23 do Estado do Paraná, Decreto nº 288/2019 do Estado do Mato Grosso, Decreto nº 18.627/2019 do Estado do Piauí e Resolução nº 008/2022 do Estado do Pará, bem como as escriturações de CBIOS (subvenções) são apresentadas na rubrica de custo dos produtos vendidos. O montante de tais créditos no exercício findo em 31/12/25 e 31/12/24 totalizaram R\$ 810.939 e R\$ 778.831, respectivamente, na controladora; e R\$ 1.083.923 e R\$ 778.831, respectivamente no consolidado. (ii) Em 2024, a Controladora Be8 S.A. adotou a contabilidade de hedge (hedge accounting) para suas operações com derivativos CBOT, cujo objetivo principal, conforme Política de Gestão de Riscos da Companhia, visa proteger a margem dos negócios. Desta forma, os efeitos de liquidação dos instrumentos financeiros derivativos CBOT foram apresentados na mesma linha na qual foi reconhecido o item protegido da relação de hedge, alocado na rubrica de "Custos dos produtos, mercadorias vendidas e serviços prestados" na demonstração dos resultados do exercício. (iii) Devido à alteração na expectativa de recuperabilidade de saldo de adiantamento efetuado a um fornecedor específico, a Controladora Be8 S.A. reconheceu uma provisão para perda do referido adiantamento, no montante de R\$ 25.338 durante o quarto trimestre de 2024. (iv) Durante o ano de 2025, considerando que a Controladora Be8 S.A. adota a contabilidade de hedge, estruturou-se o controle contábil para adequar a apresentação dos efeitos decorrentes da liquidação de instrumentos financeiros derivativos, com objetivo de refletir de maneira mais adequada a natureza econômica das operações protegidas. A Companhia passou a segregor os resultados conforme a finalidade de hedge distinguindo: NDFs contratadas para componente de proteção cambial da precificação de derivativos negociados na CBOT e NDFs contratadas para proteção de fluxos de caixa de recebíveis e pagamentos denominados em moeda estrangeira. Desta forma, os efeitos das NDFs relacionadas à proteção do componente cambial da CBOT passaram a ser apresentados no grupo de custo dos produtos vendidos, de forma consistente com a natureza dos itens protegidos. **29. Subvenções governamentais:** As subvenções governamentais recebidas pela Controladora Be8 S.A. correspondem a: (i) incentivos fiscais estaduais (créditos presumidos de ICMS); (ii) incentivos fiscais federais (créditos presumidos de PIS e COFINS e redução de 75% do IRPJ devido - lucro da exploração); e (iii) subvenções municipais. As subvenções governamentais da Companhia são apresentadas na demonstração do resultado do exercício na linha de "Custo dos produtos vendidos e serviços prestados", já que o benefício objetiva pensar os custos da operação. A única exceção a essa forma de apresentação são as subvenções municipais bem como os efeitos provenientes do lucro da exploração, as quais possuem tratamento contábil específico descrito em tópico específico nesta nota explicativa. Os incentivos fiscais estaduais relativos ao biodiesel reduzem o lucro tributável na apuração do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL), considerando que se tratam de créditos presumidos de ICMS. Com relação a essa exclusão para fins de apuração do IRPJ e CSLL, a Companhia possui ação judicial já transitada em julgado em exercícios anteriores, por meio da qual obteve o direito a exclusão dos créditos presumidos de ICMS sob a ótica do pacto federativo. Essa ação judicial engloba as operações da Be8 S.A., controladora do Grupo. A partir de 01/01/24, entrou em vigor a Lei 14.789, de 29/12/23, que alterou as regras de tributação de incentivos fiscais concedidos pelos estados. Considerando a natureza dos incentivos fiscais estaduais da Companhia, os quais referem-se a créditos presumidos, e considerando o já definido pelo STJ no acórdão da decisão proferida no dia 26/04/23 sobre o tema 1.182, em sede de recurso repetitivo Resp. 1.945.110/RS mantendo a decisão que somente o crédito presumido pode ser excluído da base do IRPJ/CSLL, na avaliação da Administração, a alteração na Lei não trouxe impactos às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. A Be8 Nova Marilândia Ltda., controladora integral da Companhia, contestou judicialmente a Lei 14.789/2023 considerando-a inconstitucional, uma vez que a subvenção estadual em questão é destinada à inovação e expansão da atividade econômica, caracterizando-se como subven-

ção para investimento. A partir do segundo trimestre de 2024, esta controladora obteve uma decisão liminar judicial que endossa essa interpretação das alterações na legislação fiscal, reafirmando sua posição quanto à legalidade da subvenção fiscal e sua exclusão na apuração do lucro real. Considerando as jurisprudências disponíveis sobre o tema, bem como o julgamento do STJ no tema 1.182, além de opiniões de seus assessores jurídicos, a controladora entende que é mais provável que sim do que não que a autoridade fiscal competente considerará o tratamento tributário adequado. Por este motivo, a controladora Be8 Nova Marilândia Ltda. utilizando-se de sua decisão liminar favorável, excluiu os créditos presumidos de ICMS da sua apuração de imposto de renda e contribuição social. Nas demais controladas, Be8 Floriano Ltda. e Be8 Santo Antônio do Tauá Ltda., não são efetuadas exclusões da apuração do IRPJ e CSLL de efeitos de créditos presumidos de ICMS. Ambas as controladas possuem mandato de segurança referente ao tema impetrado, todavia sem decisão em caráter liminar e/ou trânsito em julgado. As subvenções governamentais que a Companhia possui e seus montantes na demonstração do resultado do período são: **a. Subvenções governamentais estaduais:** São enquadradas na esfera estadual as seguintes subvenções: • Crédito presumido de ICMS de 66,67% nas saídas de biodiesel: fundamentado no Decreto nº 50.234/13 do estado do Rio Grande do Sul; • Crédito presumido de ICMS de 50% nas saídas de farelo de soja: fundamentado no Decreto nº 47.634/10 do estado do Rio Grande do Sul; • Crédito presumido de ICMS de 66,67% nas saídas de biodiesel e crédito presumido na importação do metanol de 4% do ICMS da importação, na unidade de Marilândia/PR fundamentado no Decreto nº 7.871/17; • Crédito presumido de ICMS de 75% nas saídas de Biodiesel: fundamentado no Decreto nº 288/2019 do estado do Mato Grosso, aplicável a unidade localizada em Nova Marilândia/MT; • Crédito presumido de ICMS de 70% nas saídas interestaduais de glicerina, aplicável a unidade localizada em Nova Marilândia; • Crédito presumido de 80% e 90% nas saídas internas e interestaduais de ácido graxo, respectivamente, aplicável a unidade localizada em Nova Marilândia; • Crédito presumido de ICMS de 70% nas saídas interestaduais de borra, aplicável a unidade localizada em Nova Marilândia; • Crédito presumido de ICMS de 95% para todos os produtos fabricados, nas saídas internas e interestaduais, aplicável a unidade localizada em Santo Antônio do Tauá/PA; • Crédito presumido de ICMS de 100% nas saídas de Biodiesel, aplicável a unidade localizada em Floriano/PI. Os valores apurados a título de incentivo são deduzidos na rubrica de ICMS a recolher em contrapartida ao resultado, na rubrica de impostos sobre vendas. Para utilização do crédito presumido do Biodiesel do estado do Mato Grosso, a unidade de Nova Marilândia contribui em 4% para o Fundo de Desenvolvimento Industrial e Comercial (FUNDEIC) e 1% para o Fundo de Desenvolvimento Desportivo (FUNDED) sobre o valor do crédito utilizado. Ainda, no estado do Mato Grosso, para a utilização dos créditos presumidos referente aos subprodutos, a unidade de Nova Marilândia contribui em 1% para o FUNDED e em 6% para o Fundo de Desenvolvimento Econômico (FUNDES) sobre o valor do crédito utilizado. No Piauí, para a utilização do crédito presumido, a unidade localizada em Floriano contribui em 8% para o Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal (FUNEF) e 2% para o COTAC (Cota de Contribuição/FUNDIPI - Fundo de Desenvolvimento Industrial do Piauí) sobre o valor do crédito utilizado. No exercício findo em 31/12/25, foi contabilizado o montante de R\$ 482.571 (R\$ 437.479 em 31/12/24) na controladora e o montante de R\$ 685.557 (R\$ 437.479 em 31/12/24) no consolidado a título de subvenções estaduais. **b. Subvenções governamentais federais:** Estão sob a esfera federal as subvenções abaixo: • Crédito presumido de PIS e COFINS conforme Lei nº 12.865/2013; • Crédito de PIS e COFINS proveniente do PRONAF conforme Lei nº 11.116/05 e Decreto nº 5.297/04; • Reconhecimento inicial dos CBIOS (Créditos de descarbonização); • Redução de 75% do IRPJ devido (Lucro da Exploração), aplicável apenas às unidades localizadas em Nova Marilândia/MT, Floriano/PI e Santo Antônio do Tauá. A Companhia, por meio das controladas Be8 Floriano Ltda., Be8 Santo Antônio do Tauá Ltda. e Be8 Nova Marilândia Ltda., é beneficiária de subvenções federais obtidas por conta da realização de investimentos nas unidades industriais sediadas na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). As subvenções são concedidas pelo prazo certo de 10 anos para os empreendimentos industriais que comprovarem, junto à Sudene e a Sudam, a realização de investimentos nas regiões preestabelecidas, mediante instalação, modernização, ampliação ou diversificação de unidades industriais na região, desde que atendidas todas as condições e obrigações exigidas na legislação pertinente para obtenção da contrapartida da União, dentro das políticas públicas de emprego de recursos federais no fomento ao desenvolvimento do Nordeste e Centro-Oeste. O valor das subvenções para investimento a ser recebido da União durante o prazo certo de sua concessão consiste em montante equivalente ao resultado da aplicação de até 75% sobre uma base de cálculo legalmente denominada "lucro da exploração", gerado por unidades industriais incentivadas. A quitação se realiza pela dedução do benefício sobre o valor devido de imposto de renda, com base na apuração do lucro real. A subvenção federal é apresentada na Demonstração do Resultado como dedução do imposto de renda da pessoa jurídica. Os prazos de vigência das subvenções federais relacionadas ao lucro da exploração em vigor são detalhados a seguir:

Unidade	Produto incentivado	Índice de redução do IRPJ (%)	Valor	Período de validade
Be8 Nova Marilândia Ltda.	Glicerol e Biodiesel	75	12.217	Jan de 2025 até dez de 2034
	Biodiesel, Be8 Santo Antônio do Tauá Ltda. Borra e Glicerina	75	3.619	Jan de 2024 até dez de 2033
Be8 Floriano Ltda.	Biodiesel	75	18.030	Jan de 2021 até dez de 2030
<b>Total</b>			<b>33.866</b>	

No exercício findo em 31/12/25, foi contabilizado o montante de R\$ 328.368 (R\$ 341.352 no exercício findo em 31/12/24) na Be8 S.A. e R\$ 425.602 (R\$ 341.352 no exercício findo em 31/12/24) no consolidado a título de subvenções federais. **c. Subvenções governamentais municipais:** Através da Lei nº 5.704, de 23/01/2023, o Município de Passo Fundo (RS) conce-

deu incentivos fiscais e econômicos ao empreendimento da empresa Be8 Exportação e Importação Ltda., com a finalidade de implantação de unidade de usina produtora de Etanol, farelos, glúten vital e outros produtos a partir do processamento de cereais. A subvenção se dará na forma de ressarcimento financeiro dos investimentos de infraestrutura realizados na área em que será instalada a unidade de Usina e da Fábrica, no montante de até R\$ 56.000 (cinquenta e seis milhões de reais). **Tratamento contábil:** Os valores de subvenção destinados à aquisição de ativos não monetários foram reconhecidos em conta redutora do ativo que está em construção, no grupo de ativo imobilizado. Tal montante será reconhecido no resultado à crédito na despesa de depreciação de forma linear de acordo com a vida útil do ativo.

	31/12/25	31/12/24
<b>Be8 Exportação e Importação Ltda.:</b>		
<b>Ativo circulante</b>	<b>1.071</b>	<b>1.440</b>
Subvenção Municipal a Receber	1.071	1.440
<b>Ativo imobilizado</b>	<b>17.203</b>	<b>5.440</b>
Subvenções Etanol - PMPF Lei 5.899 (i)	17.203	5.440
(i) No exercício findo em 30/09/25, a Be8 Exportação e Importação Ltda. efetuou a prestação de contas referente à subvenção concedida pelo Município de Passo Fundo, totalizando o valor de R\$ 17.203. Em decorrência desta prestação, o município já efetuou, até dezembro de 2025, o reembolso da referida subvenção no montante de R\$ 16.132, sendo que o restante será recebido ao longo dos próximos meses.		
	<b>31/12/25</b>	<b>31/12/24</b>
	<b>12.132</b>	<b>4.000</b>
Subvenção Municipal recebida (anual)	12.132	4.000
<b>Total</b>	<b>12.132</b>	<b>16.132</b>

**30. Receitas e despesas financeiras:**

	Controladora	Consolidado
	31/12/25	31/12/24
<b>Receitas financeiras:</b>		
Juros recebidos	-	28.185
Receita de aplicação financeira	502	793
Varição cambial	-	115.618
Varição monetária ativa	-	25.353
Wash-out Contratuais	-	3.563
Descontos obtidos	-	5.147
Outras receitas financeiras	11	226
<b>Total receitas financeiras</b>	<b>513</b>	<b>1.019</b>
<b>Despesas financeiras:</b>		
Tributos sobre operações financeiras	-	(18.711)
Juros pagos	(1)	(2.818)
Juros sobre compras a prazo	-	(592)
Descontos concedidos	-	(680)
Despesas bancárias	(4)	(2)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	(288.227)
Juros de antecipações recebíveis	-	(24.500)
Apropriação custo financeiro compras fixas e bônus dólar	-	(88.518)
Outras despesas financeiras	(109)	(82)
Ganho/(Perda) valor justo instrumentos financeiros derivativos - swap de taxa de juros	-	(17.863)
Ganho/(Perda) liquidação instrumentos financeiros derivativos - swap de taxa de juros	-	(9.599)
Varição cambial passiva	-	(122.294)
Varição monetária passiva	-	(48.931)
<b>Total despesas financeiras</b>	<b>(114)</b>	<b>(84)</b>
<b>Resultado líquido derivativos:</b>		
	<b>31/12/25</b>	<b>31/12/24</b>
	<b>627</b>	<b>(3.391)</b>
Resultado com derivativos CBOT	-	(92)
Resultado com derivativos USD	-	24.519
Ajuste a valor justo fornecedores a fixar	-	6.800
<b>Total resultado líquido derivativos</b>	<b>627</b>	<b>(72.962)</b>
<b>Total do resultado financeiro líquido:</b>		
	<b>31/12/25</b>	<b>31/12/24</b>
	<b>513</b>	<b>343.093</b>
Total receita financeira	513	343.093
Total despesas financeiras	(114)	(84)
Total resultado líquido derivativos	-	31.227
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>400</b>	<b>935</b>

**31. Eventos subsequentes:** Após 31/12/25 e até a data de aprovação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, ocorreram os seguintes eventos subsequentes considerados relevantes pela Administração para fins de divulgação: **Alteração do percentual de crédito presumido de ICMS no estado do Mato Grosso:** Em 05/01/2026, com vigência retroativa desde 01/01/2026, foi publicada a Resolução nº 261/25/CONDEPRODEMAT no Diário Oficial da União (DOU), por meio da qual instituiu-se novas faixas de capacidade produtivas para fins de definição dos percentuais de crédito presumido de ICMS aplicáveis no âmbito do PRODEIC Investe Mato Grosso Biocombustíveis. Em função desta alteração, considerando que a capacidade produtiva da planta de biodiesel da Be8 Nova Marilândia Ltda. está enquadrada no range de 290 m³/dia até 700 m³/dia, a partir de 01/01/2026, o crédito presumido de ICMS anteriormente de 75% para a ser de 80% para as saídas de biodiesel. Além disso, os percentuais a serem recolhidos ao Fundo de Desenvolvimento Econômico - FUNDES que antes era de 4% passa a ser 2% e o percentual a ser recolhido ao Fundo de Desenvolvimento Desportivo - FUNDED não sofreu alteração, mantendo-se em 1%. **2ª Emissão de Notas Comerciais da Be8 S.A.:** No dia 13/01/2026, foi aprovada, por meio de Reunião do Conselho de Administração e Assembleia Geral Extraordinária da Be8 S.A., a 2ª emissão de notas comerciais escriturais, com garantia real, em série única, para colocação privada, no valor total de R\$ 250.000 (duzentos e cinquenta mil reais), a ser celebrada entre o Banco do Brasil S.A., a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e a Be8 S.A. Em 10/02/2026, ocorreu a liberação dos recursos, os quais foram integralmente recebidos pela Companhia. Os valores captados serão destinados ao financiamento dos investimentos (CAPEX) das unidades do Grupo. **Aprovação pelo CADE do processo de aquisição da Florida Biocombustível Ltda. e conclusão da aquisição:** No dia 27/11/25, a Be8 S.A. assinou um Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças celebrado com a União Agroindustrial Ltda.. Por meio da transação, a Be8 adquiriu 100% das quotas da Florida Biocombustível Ltda., sendo esta uma planta industrial produtora de biodiesel e seus subprodutos, localizada na cidade de Alto Araguaia, no Mato Grosso. A operação esteve sujeita à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), que emitiu a certidão de trânsito em julgado no dia 06/01/2026. Até a data de emissão destas demonstrações financeiras, o Termo de Fechamento da transação não havia sido assinado devido às condições precedentes previstas contratualmente. O preço de aquisição está estimado em aproximadamente R\$ 400.000, porém, ainda está sujeito a ajustes pós-fechamento conforme previsto em contrato. O pagamento será a prazo conforme condições negociadas entre as partes e previstas contratualmente. No contexto da aquisição, a Companhia está em processo de cálculo dos ajustes de preço pós-fechamento da operação, bem como está em processo de elaboração do laudo de alocação do preço pago (Purchase Price Allocation) da aquisição, conforme requerido pelo CPC 15 - Combinações de negócios. Não foi possível, até a presente data, a conclusão do respectivo laudo. Com a efetivação da operação, a Be8 amplia a liderança no mercado de biodiesel, com crescimento de 16,7% na capacidade instalada, que passa a ser de 1,71 bilhão de litros por ano. **Assinatura de contrato junto ao Badesul - Projeto Hidrogênio Verde da Be8 S.A.:** Em 07/11/25, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a contratação de operação de crédito que, em 29/01/2026, resultou na assinatura do contrato de Cédula de Crédito Bancário (Programa H2V - nº 001/2026) junto ao Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS, no âmbito da Chamada Pública - Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva de Hidrogênio Verde no Estado do Rio Grande do Sul - H2V-RS (Edital de Chamada Pública nº 01/25), no montante de R\$ 29.773. Em 2026, o sócio Erasmo Carlos Battistella realizou aportes financeiros na modalidade de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC), no montante total de R\$ 4.300 (quatro milhões e trezentos mil reais), destinados à ECB Holding S.A.

<b>Erasmio Carlos Battistella</b> Diretor Presidente	<b>Carlos Augusto Reis Mostardeiro</b> Diretor Vice-Presidente Administrativo Financeiro	<b>Leandro Luiz Zat</b> Diretor Administrativo	<b>Contadora</b> <b>Liceli Dierings</b> RS-08686/O-6
---	---	---	--

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

**Aos Diretores e Acionista da ECB Holding S.A. - Passo Fundo - RS. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da ECB Holding S.A. ("Companhia"), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da ECB Holding S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Aquisição de controlada - combinação de negócios:** Veja a nota 4 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principal assunto de auditoria:** No exercício de 2025, a controlada Be8 S.A. adquiriu o controle de outras entidades mediante combinação de negócios. A contabilização de tal aquisição requer entre outros procedimentos, que a Companhia determine o valor justo dos ativos tangíveis e intangíveis adquiridos, como carteira de clientes, imobilizado e ação por expectativa de rentabilidade futura. Estes procedimentos envolvem um elevado grau de julgamento na determinação das estimativas de valores justos baseadas em metodologia, mensuração e premissas relacionadas ao desempenho futuro do negócio adquirido e que estão sujeitos a um elevado grau de incerteza. Devido às incertezas relacionadas às metodologias e premissas, tais como a receita líquida, vida útil, e a taxa de desconto inerentes à mensuração do valor justo, e consequentemente a determinação das informações que devem ser divulgadas para possibilitar que os usuários das demonstrações financeiras avaliem a natureza e os efeitos financeiros provenientes da combinação de negócios, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Leitura dos contratos celebrados que formalizaram a combinação de negócios; Com auxílio de nossos especialistas de finanças corporativas e

especialistas em avaliação de ativos tangíveis, para as aquisições por nós consideradas como significativas, avaliamos: (i) se a metodologia utilizada para mensuração do valor justo dos ativos adquiridos estão consistentes com metodologias de avaliação normalmente utilizadas; (ii) se as premissas utilizadas são fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado consistentes com a data base do trabalho e/ou com o orçamento aprovado pela Administração e se os argumentos apresentados são razoáveis; (iii) se os cálculos matemáticos estão corretos e não apresentam qualquer tipo de erro que possa impactar as conclusões. - Avaliação se as divulgações realizadas nas notas explicativas das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão adequadas em relação aos requerimentos das políticas contábeis aplicáveis a transação. No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a valorização da carteira de clientes, os quais não foram registrados pela companhia, por terem sido considerados imateriais. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os valores reconhecidos e as divulgações sobre a combinação de negócios são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco

de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.